

A photograph of a woman with short dark hair, wearing a vibrant, multi-colored patterned short-sleeved shirt and a necklace. She is sitting in front of a rough, textured stone wall. To her right, a broom made of dried palm fronds lies on the ground. The lighting is warm and directional, coming from the upper left, casting shadows and highlighting the textures of the wall and her clothing.

Organizadores
Maria Bernadete Cavalcante
Thiago Alves Dias

Portalegre do Brasil

**História e
Desenvolvimento**

*250 anos de fundação
de Portalegre*



Portalegre do Brasil

História e Desenvolvimento

*250 anos de fundação
de Portalegre*

Organizadores
Maria Bernadete Cavalcante
Thiago Alves Dias

CCHLA UFRN

UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



PRACA
S. M. J. J. J.



250 anos
Portalegre



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR

José Ivonildo do Rêgo

VICE-REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

DIRETOR DA EDUFRN

Herculano Ricardo Campos

EDITOR DA EDUFRN

Helton Rubiano de Macedo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Márcio Moraes Valença

VICE-DIRETORA: Maria da Conceição Fraga

ORGANIZADORES

Maria Bernadete Cavalcante

Thiago Alves Dias

COLABORADORES

Denise Mattos Monteiro, Edilene Jales, Fátima Martins Lopes

Maria da Conceição Lima, Rosa Maciel

REVISÃO E NORMATIZAÇÃO

Francisca Aurinete Girão Barreto

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Janilson Torres

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento: 250 anos de fundação de Portalegre / Organizadores
Maria Bernadete Cavalcante, Thiago Alves Dias. - Natal, RN: EDUFRN, 2010.
126 p.

ISBN: 978-85-7273-666-4

1. Rio Grande do Norte - História. 2. Portalegre (RN) - História. I. Cavalcante, Maria Bernadete. II. Dias,
Thiago Alves. III. Título.

Esta publicação versa sobre a colonização portuguesa e sua expansão para o interior, a partir do século XVII, no que hoje é o estado do Rio Grande do Norte. Focaliza o município de Portalegre e seu estabelecimento, no final do século XVIII, como vila. Esta, a mais antiga do interior do estado, localiza-se no Alto Oeste, na parte que, visualizando-se o mapa, é mais conhecida como a “tromba do elefante”. A história local é descortinada, nos sucessivos capítulos, na tentativa de contribuir para uma “história estadual” que, até pouco tempo, resumia-se àquela de seus municípios mais populosos e economicamente mais significantes, e, por isso, mais conhecidos, como Natal, Mossoró, Caicó, Ceará-Mirim e Assu.

Do avanço do gado e conflitos com indígenas locais, e, posteriormente, da transformação das “missões jesuítas” em vilas, nasceu a “vila de índios” colonial – Vila de Portalegre. Com isso, foi instalada a administração direta da Coroa portuguesa, com a liberação dos indígenas do estreito controle das missões. Portalegre – como é denominada hoje – fica numa região serrana, de rara beleza, e tem recebido a crescente atenção de visitantes e turistas. O número de pousadas e hotéis na cidade e nos demais municípios da região é indicador disso. Assim, não é de se estranhar que sucessivos governos municipais procurem promover a cidade com festejos típicos, incluindo o da data de sua suposta “emancipação”. A existência de quilombolas no município torna a escrita da história ainda mais complexa e interessante, já que se sobrepõe à história oficial dos colonizadores.

Sob a responsabilidade de renomados professores e pós-graduandos da UFRN, como também de pesquisadores convidados, considerando-se a riqueza e diversidade de abordagens e temas, esta publicação é também muito bem-vinda, principalmente pela importância para os acadêmicos em geral e todos os interessados pela região.

Márcio Moraes Valença

Natal, setembro de 2010.

Sobre os autores

CONCEIÇÃO LIMA | ceicalima@yahoo.com.br

Assistente Social pela UFRN e produtora cultural, Ceica conviveu nas comunidades negras de Portalegre e apresentou em vários lugares do Brasil e do mundo a exposição fotográfica “Negras Raízes. Bem-vindo a Serra de Portalegre”.

DENISE MATTOS MONTEIRO | denisemm@ufrnet.br

Autora de diversos artigos e livros, Doutora Denise Monteiro é professora aposentada pela UFRN. Dentre as suas mais relevantes publicações temos “Introdução à História do Rio Grande do Norte” já na 3ª edição e “Terra e trabalho na História: estudos sobre o Rio Grande do Norte” em que o 1º capítulo constitui um estudo de caso sobre Portalegre.

EDILENE FERNANDES JALES | edilenej@yahoo.com.br

Assistente Social e especialista em políticas públicas pela UERN, Edilene acaba de alcançar o título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN. Atua também como Assistente Social em Portalegre.

FÁTIMA MARTINS LOPES | fatimaml@ufrnet.br

Doutora em História e professora da Graduação e Pós-graduação no Departamento de História da UFRN, Fátima Martins é reconhecida por suas pesquisas e artigos publicados na área de História Indígena e da colonização portuguesa no Rio Grande do Norte. Diretora do acervo bibliográfico e documental do IHGRN, Fátima participou do Projeto Resgate “Barão de Rio Branco”.

MARIA BERNADETE CAVALCANTE | bernacavalcante@gmail.com

Jornalista formada pela UFRN em 1984, Bernadete trabalhou nos mais importantes jornais e revistas de Natal no período em que o Brasil passava pelo processo de redemocratização. Atualmente edita uma coluna mensal no jornal “O Vale do Apodi” e escreve também um blog, ambos sobre o município de Portalegre: www.ditobendito.blogspot.com.

ROSA MARIA MACIEL | rosamaciel@hotmail.com

Fotógrafa profissional, Rosa captou em suas lentes momentos significativos da vida comunitária dos quilombolas de Portalegre. Atualmente desenvolve seus trabalhos na Europa.

THIAGO ALVES DIAS | thiagovalvesdias@yahoo.com.br

Bacharel em História pela UFRN e estudante de Mestrado pela mesma universidade, Thiago desenvolve pesquisas sobre Portalegre desde 2005.

Sumário

	
	Apresentação
013	Os marcos da colonização portuguesa na Serra de Portalegre (séc. XVII a XVIII) <i>Thiago Alves Dias</i>
035	A Vila de Portalegre: povos e instituições <i>Fátima Martins Lopes</i>
057	Vila de Portalegre: notas para uma história <i>Denise Mattos Monteiro</i>
073	Negras raízes "Bem-vindo à Serra de Portalegre" <i>Conceição Lima e Rosa Maciel</i>
101	A invenção de uma emancipação que nunca existiu: Portalegre e o dia 29 de março de 1938 <i>Thiago Alves Dias</i>
105	Cidades irmãs: iniciativa portalegrense portuguesa <i>Maria Bernadete Cavalcante</i>
115	Associativismo rural: o desafio alternativo de desenvolvimento local em Portalegre-RN <i>Edilene Fernandes Jales</i>



Portalegre do Brasil

História e Desenvolvimento

*250 anos de fundação
de Portalegre*

Apresentação

Diversos fatores poderiam ser enumerados para explicar o porquê desse livro. No entanto, deixemos de lado os amores e afetos que nos instigam e desafiam ao iniciar a escritura de uma obra literária e trataremos dos aspectos que julgamos relevantes nesse processo. A outros aspectos, deixemos para a historiografia futura.

Pretendemos apresentar, com clareza e objetividade uma coletânea de artigos que vem responder a uma necessidade de produção e difusão do conhecimento acadêmico-científico existente sobre a história de Portalegre RN, Brasil. Na verdade temos um livro didático.

Essa coletânea de pesquisa, transformada em escrita da história portalegrense brasileira se constitui como uma obra didática, não no sentido meramente pedagógico ou estritamente instrutivo. É um livro didático porque proporciona instrução e informação, assim como prazer na sua leitura. Prazer configurado no seu objetivo primordial: esclarecer ou iluminar.

Indagações iniciadas, antes mesmo de pensarmos em compor tal obra ou mesmo escrever uma só linha sobre a história de Portalegre, participam e enriquecem essa trama. É o caso das pesquisas desenvolvidas por Fátima Lopes e Denise Mattos, que há muito já descobriram e produziram sobre Portalegre e agora doam, em narrativas, aquilo que de maior riqueza possuem: parte dos seus conhecimentos.

A contribuição da Assistente Social Edilene Jales é parte integrante de sua pesquisa de mestrado sobre Portalegre. Edilene, assim como os demais, parou por um tempo, de suas obrigações e aceitou o desafio de compor esse painel intelectual.

As imagens da fotógrafa Rosa Maciel e da produtora Conceição Lima são frutos de um trabalho realizado em 2003, patrocinado pelo Ministério da Cultura e divulgado nacional e internacionalmente.

Os textos do historiador e pesquisador Thiago Dias foram escritos no final de 2007 e início de 2008. O primeiro texto, tanto em ordem cronológica de produção como de posição no livro, foi apresentado em dezembro de 2007 durante o primeiro e único Seminário de Pesquisa Histórica desenvolvido em Portalegre a partir de sua coordenação.

O texto da jornalista portalegrense Bernadete Cavalcante é uma narrativa do que vivenciou num intercâmbio luso-brasileiro entre as cidades irmãs. Apesar de suas fontes serem, também, os jornais, Bernadete se constitui testemunho de fatos recentes que muitos portalegrenses ainda lembram, no qual ela se propôs a organizá-los de forma lógica.

Os leitores mais atenciosos poderiam se perguntar então o que há de novo nessa publicação. Por que publicar coisas aparentemente já difundidas? “É nesse reino que colocamos a coroa.”

O fato é que as produções históricas sobre Portalegre chegam a um público para o qual elas foram preferencialmente escritas e não a todos os interessados ou aos que venham a ter interesse. As teses e dissertações permanecem nas estantes, os documentos e fontes diversas continuam em seus institutos e lugares de guarda. O papel é perecível e nossa memória seleta.

Nesse sentido, o que fizemos não foi trazer o inovador, mas, divulgar parte do essencial. Quantos escritos não estão por aí em livros empoeirados e nem sabemos que existem e, entretanto, tanto nos interessam? Essa é a lógica, talvez a filosofia. Se não for nem um nem outro, foi pelo menos a primeira intenção: levar ao maior número possível de leitores portalegrenses o que os pesquisadores escrevem, se interessam, questionam sobre essa “preciosa nesga de terra”, como diria o pesquisador Nonato Motta.

O livro tem, portanto, um fim maior que o justifica ter vindo do arauto da poluição, quando deixou de ser árvore e tornou-se papel impresso: difundir conhecimento, iluminar mentes, esclarecer os desavisados. Ele pode ser tomado como peça fundamental para o trabalho dos professores e professoras portalegrenses sejam esses de história ou geografia, aos nossos alunos que tateiam nas bibliotecas, sejam do nosso município ou naquelas existentes nas universidades. Esse é o verdadeiro porquê dessa obra.

Porém, que fique claro que, nem de longe pretende ser uma obra definitiva. É única pelos esforços e motivos que a materializaram, mas, jamais poderia dar conta da carência de informações e conhecimento que temos. Talvez

possamos nos orgulhar um pouco por termos feito esse pouco, mas, com certeza temos que nos orgulhar do que ainda há e do que podemos fazer.

A verdade disso advém da nossa ignorância sobre os fatos e marcos históricos de nossa cidade. A verdade vem à tona quando nos desviamos de temáticas culturais sobre índios e negros e preferimos levantar outras bandeiras. O erro não é levantar nova “bandeira”, é erguê-la em detrimento a tantas outras de igual ou maior valor. É urgente a necessidade de esclarecimento, de leitura, de história. É urgente reconhecermos a incapacidade de nossas explicações reducionistas e mesquinhas e começarmos a ouvir e ler quem se esforça para elucidar.

Pensando nisso, caro leitor portalegrense ou outros leitores que pela sensibilidade e apetite de saber demonstram interesse por esse trabalho e, consegue acompanhar-nos até aqui, sugiro que parta imediatamente para a leitura desse livro. Faça valer o pensamento, o trabalho e o esforço dos pesquisadores, faça valer as árvores cortadas para produzi-lo, faça valer nossas palavras de otimismo sobre o conhecimento e não deixe que esse seja mais um exemplar empoeirando-se numa prateleira.

Pedimos mais: leia-o com cuidado, cuidado no sentido de atenção especial, cuidado desvelado. Leia as notas de rodapé e veja quantos autores e fontes foram consultados. Leia as imagens com suas legendas e entenda porque elas se encontram nessa obra. Perceba a riqueza de informações e extraia dessas páginas ciência escrita com vários estilos e perspectivas, mas, que estão unidas para apresentar Portalegre, sua história e aspectos do seu desenvolvimento.

Esse é o nosso presente para Portalegre, por seus 250 anos de fundação. Brindemos então com conhecimento!

Natal, setembro de 2010.

**Os marcos da
colonização portuguesa
na Serra de Portalegre
(séc. XVII a XVIII)**

Thiago Alves Dias



Os esforços empreendidos pela Coroa Portuguesa à conquista dos sertões de sua colônia promoveram a formação de espaços diversos, unidos por um só desígnio: efetivar o poder do Rei lusitano nos quatro cantos de sua colônia. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é discutir a inserção das terras serranas, situadas ao oeste da Ribeira do Apodi, no final do século XVII, dentro do projeto de colonização portuguesa, deixando em evidência os marcos da colonização e demarcação territorial fixados na serra que em 1761 seria designada de Vila de Portalegre.

A “priori” podemos demonstrar a relevância dos “dormentes de madeira” utilizados para demarcação de terra dos Nogueira Ferreira, podendo ainda ter sido marcos simbólicos de posse colonial, que antecedeu os pedidos de sesmarias concedidos pelo Rei de Portugal. E, no ultimo momento, a “Pedra do R” e a efetiva formação da Vila colonial.

A *Ordem*, um jornal já extinto, de circulação diária, de Natal, publicou em 20 de janeiro de 1941, uma manchete denominada “O município de Portalegre e suas originalidades”, a qual trazia no seu corpo uma resposta à carta de um leitor, da cidade de Martins, interrogando dentre outras questões: Por que se festejava na cidade o santo São João Batista se o “*orago da Freguesia é de Nossa Senhora da Conceição*”.

A resposta dada pelo editor reflete a confusão que havia entre as comemorações dos santos patronos na cidade, afirmando que “de fato o orago da freguesia é Nossa Senhora da Conceição, paróquia criada em oito de dezembro de 1761. Isso não proíbe que sejam comemorados outros santos que não seja os padroeiros”¹.

O que o jornal chamou de 'originalidades', na verdade eram os fatos da história de Portalegre, desconhecidos pelo remetente da carta e também pelo editor do jornal, que não passou as informações corretas. E, apesar de não haver mais dúvidas com relação às comemorações dos santos patronos da igreja católica em Portalegre, as indagações daquele leitor de 1941 sobre a história de Portalegre, são exemplos dos questionamentos que ainda se faz com relação a essa mesma história.

E isso nos move a discutir a inserção das terras serranas situadas ao oeste da Ribeira do Apodi, que mais tarde chamar-se-ia de Portalegre, a partir do processo de colonização portuguesa. O trabalho que origina esse texto consiste no estudo realizado sobre o povoamento de Portalegre, os primeiros desbravadores e posseiros de terras na Ribeira do Apodi, evidenciando o avanço da colonização ao oeste do Rio Apodi.

No Brasil colonial os núcleos populacionais e povoações diversas estavam sempre localizados nas proximidades de águas, principalmente dos rios. Assim sendo, a concepção de divisão regional que perdurou até, pelo menos, o início do século XIX foram às ribeiras. Já na segunda metade do século XVIII a Capitania do Rio Grande contava com diversas divisões regionais ribeirinhas; as ribeiras do Potengi, do Assu, do Seridó e do Apodi. A Serra dos Cabeços do Podi, -futura serra de Portalegre, também estava situada na Ribeira do Apodi.

Os topônimos atribuídos a serra, antes de ela passar a se chamar serra de Portalegre quando foi fundada a vila, também será objeto dessa discussão, bem como as primeiras cartas de sesmarias doadas na serra, identificando os primeiros colonizadores e sesmeiros que lá requereram terras ao Rei. Trataremos, ainda, da relevância dos marcos da colonização e demarcação territorial fixados na serra de Portalegre.

Os 'dormentes de madeira' se caracterizam com um desses marcos, que demarcaram a terra dos Nogueira Ferreira, podendo ser tidos também marcos simbólicos de posse colonial que antecedeu os pedidos de sesmarias concedidos pelo Rei de Portugal. E, como último é necessário se discutir a “Pedra do R”, a qual ainda existe nas cercanias da atual cidade de Portalegre. Os padrões de pedra conhecidos como “Pedras do R” constituem-se marcos fundadores da Vila de Portalegre e a baliza de delimitação territorial.

Partindo da referência básica de dois textos “*Notas sobre a Ribeira do Apodi*” e “*Fundação de Port'Alegre*”, do historiador Nonato Motta, ambos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), percebemos o objetivo de ordenar as mais dispersas informações, aliando-as a documentação primária do próprio IHGRN, assim como de outros acervos dentre eles o Arquivo Histórico Ultramarino, através do Projeto Resgate “Barão de Rio Branco”.

Muitos dos documentos citados por Nonato Motta não foram encontrados no IHGRN e, por isso, nos valem das transcrições publicadas junto dos textos, apesar de se identificar pequenas incongruências. No entanto, ao final do amplo estudo, fica constatado que a pesquisa efetivada por ele, na década de 1910, é consistente e deve ser objeto de credibilidade e respeito.

Os Cabeços do Pody

Parece ser consenso na historiografia norte-rio-grandense sobre a colonização da Ribeira do Apodi o importante papel desempenhado pelo

paraibano Manuel Nogueira Ferreira e sua família. Este homem, sendo “*um dos primeiros desbravadores*”² da região oeste da Capitania do Rio Grande, teria chegado às imediações da Ribeira do Assu e do Apodi na década de 1670.

Assim como todas as terras ribeirinhas do Rio Grande, a Ribeira do Apodi, “*esta preciosa nesga de terra*”, como chamava Nonato Motta, “*era habitada por tribos de índios*”³. Ao chegar Manoel Nogueira Ferreira e familiares, atraídos pela grande quantidade de água existente, cuidaram logo em praticar a caça, a pesca e uma agricultura rudimentar, assim como instalar seus currais de gado.

Neste processo de interiorização e desbravamento dos sertões, a preferência das terras se dava sobre aquelas situadas nas encostas das ribeiras, visto que, para fixação dos colonos, do gado e da lavoura eram necessárias água e terras férteis. E isto coincidia exatamente com as terras indígenas. De acordo com a pesquisadora Fátima Lopes, os “Nogueira Ferreira foram de fatos os primeiros sesmeiros na Ribeira do Apodi “e ao que tudo indica a relação entre esses colonos recém-chegados e os índios Tapuias”, a princípio, foi amigável”, mas, se modificaria com o aumento das atividades coloniais e ocupação das terras”⁴.

Em 18 de fevereiro de 1680, Manoel Nogueira Ferreira, com seu irmão João Ferreira Nogueira, Baltazar Nogueira e mais doze posseiros, requereram ao Capitão-Mor Geraldo de Suny, cinquenta léguas de terras no Rio Piranhas e mais cinquenta léguas no Rio Guaxinim sendo;

Do nascente ao poente ou por onde correr os ditos pastos e de largo pegando em ditos rios de uma banda para outra com toda a largura que tiver de pastos, tomando melhor onde lhe acomodar [...] e faltando se acabar de encher, se acabar no Rio Panema e mais adiante pelo dito sertão e em todas essas terras⁵.

Essa imensa quantidade de terras, com cem léguas comprimento, confirmada dois anos mais tarde, através do parecer do Provedor da Real Fazenda, Geraldo de Suny, “*que nenhuma delas (terras) está povoada, nem cultivada, nem com benfeitoria alguma*”, foi requerida pelos posseiros com o argumento de que eram possuidores de gados e animais diversos e não existiam terras na Capitania do Rio Grande em que poderia acomodar “*por estarem dadas e ocupadas [assim como] as mais vizinhas desta cidade [Natal], pela qual razão querer povoar nesse sertão [...] por serem paragens ermas e despovoadas, aonde os antigos nunca se atreveram a povoar*”⁶.

Assim, as terras concedidas a estes posseiros, inclusive a Manuel Nogueira Ferreira e seus familiares, estimularam o processo de ocupação das terras próximas aos leitos dos rios da lagoa denominada posteriormente pelos portugueses de Lagoa Itaú ou Apodi.

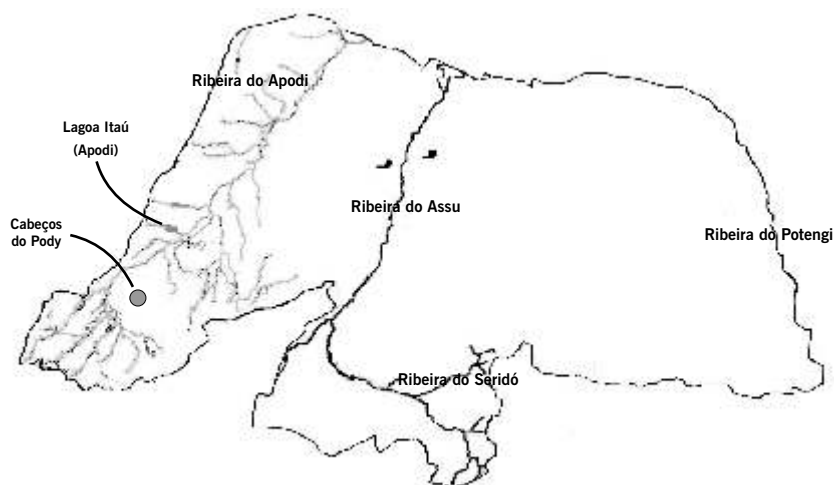


Figura 1 Ribeira do Apodi e outras ribeiras

FONTE: Adaptado de SOUZA, Ana Cláudia Bezerra de. O homem e o sertão: a colonização da Ribeira do Apodi no século XVIII.

Acima podemos visualizar a localização das ribeiras setecentistas, demonstradas num mapa atual do estado do Rio Grande do Norte, apresentando as divisões regionais da época, evidenciando também a Ribeira do Apodi com seu principal rio e afluentes, assim como, a localização dos 'Cabeços do Pody'.

Através da análise das datas e sesmarias do século XVIII realizados por Olavo Filho, *“o antigo (rio) Upanema equivale ao Rio Apodi, cujo trecho final toma ultimamente a designação de Mossoró”*⁷. Assim sendo, as fazendas e currais estabelecidas pelos Nogueira Ferreira à margem da Lagoa de Itaú com extensões até a Lagoa do Apanha Peixe, constituiria, mais tarde, o espaço hoje conhecido como Apodi, sendo considerado como seu fundador, Manuel Nogueira Ferreira⁸.

Se inicialmente os nativos não hostilizaram os colonizadores, foi ao longo da conquista territorial destes, que os nativos perceberam que o avanço das terras e do gado continuaria. O desejo de ampliação de posses das terras baixas ao longo dos rios e lagoas que cortavam a região provocou conflitos entre os Nogueira Ferreira e os tapuias, fazendo com que Manoel Nogueira fugisse *“desse ambiente hostil”* adentrando ainda mais ao oeste em busca dos planaltos existentes na região. Portanto, Manoel Nogueira Ferreira teria, então, subido a serra dos Cabeços do Pody no intuito de procurar um local tranquilo onde pudesse finalmente restabelecer suas posses para criar e plantar⁹.

No entanto outras teses, como a de Ana Cláudia de Souza, dizem que na Lagoa do Apodi “durante a estação de inverno, as águas das chuvas inundavam as vazantes, causando o fenômeno das cheias, que dependendo da sua intensidade, podia trazer consequências catastróficas. Em virtude disso, muitos colonos buscavam refugio nas serras, nos pontos mais altos nos quais estavam salvos das enchentes”¹⁰. Portanto, o refugio nas serras, denominadas de 'picos', já era comum entre os nativos da região e, durante o inverno, passavam a habitar em “uns cabeços ou serras [...] conhecidos por cabeços do Apodi”¹¹.

Essas assertivas explicam porque a documentação, até pelo menos 1715, trás a designação de cabeços do Apodi ou Podi para a futura serra de Portalegre. Essa foi a primeira nomenclatura que recebeu a localidade que mais tarde se chamaria Serra de Portalegre¹².

A Serra dos Dormentes

Nas primeiras décadas do século XVIII, Manuel Nogueira já havia desbravado as terras serranas e “desejando obter uma concessão de terra nos Cabeços do Pody, fincou naquela serra, entre dois olhos de água corrente, um toro de madeira lavrada nas quatro faces”¹³. Cascudo acredita que a intenção de Manuel Nogueira era “firmar posse simbólica na região que percorria” e fincou não só um, mas dois ou mais toros de madeira¹⁴. Esses toros de madeira foram chamados de “dormentes”.

Os demarcadores físicos territoriais foram amplamente utilizados pelos portugueses desde a sua chegada ao Novo Mundo no século XVI. Os desbravadores portugueses utilizavam “cruzes e pilares, para marcar os limites de suas descobertas marítimas [...] os portugueses atribuíam explicitamente uma origem romana à sua prática ocasional de erigir pilares de pedras”¹⁵. Nesse sentido, os dormentes fixados por Manuel Nogueira Ferreira na serra dos Cabeços do Pody remonta uma prática usual dos colonizadores portugueses como demarcação de terra.

De acordo com Nonato Motta, Manuel Nogueira Ferreira teria falecido em 1715, tendo como os únicos marcos de posse da sua terra os dormentes por ele fixados, visto que, desde então, não encontramos nenhum registro de sesmarias antes a 1747, o que talvez ainda possa ser buscado em arquivos dos estados da Bahia e Pernambuco.

Tanto Nonato Motta quanto Cascudo afirmam que a fixação e morada dos Nogueira Ferreira teria sido mesmo “entre os dois olhos d'água corrente”¹⁶. Acreditamos que os olhos de água por esses autores citados são os que hoje conhecemos por “Fonte da Bica” e “Olho d'água do Brejo”, pois ambos possuem vazão de água perene e encontram-se a uma distância considerável entre eles.

Os dormentes, enquanto representação simbólica de posse de terras pertencentes aos Nogueira Ferreira serviram também para designar a serra como Serra dos Dormentes, nome que aparece na Carta de Sesmaria nº. 372, de 14 de março de 1749, doada aos irmãos Clemente Gomes de Amorim e Carlos Vidal Borromeu¹⁷.

Mesmo após a morte de Manuel Nogueira Ferreira, percebemos que as terras por ele desbravadas continuaram sobre posse de seus herdeiros, pois sua esposa Maria de Oliveira Correa e suas filhas Margarida de Oliveira Nogueira e Antonia de Freitas continuaram a residir na Ribeira do Apodi e, principalmente, na Serra dos Dormentes.

Em quatro de junho de 1740, Margarida de Oliveira Nogueira, que também aparece na documentação como Margarida de Freitas Nogueira e Margarida de Freitas e sua irmã Antonia de Freitas requereram registro de uma carta de data e sesmaria na terra do Apanha Peixe e do Boqueirão, na Ribeira do Apodi, seguindo os passos do pai como sesmeiras e posseiras dessa Ribeira¹⁸.

No mesmo dia em que as filhas de Manoel Nogueira requereram esta terra, os irmãos Carlos Vidal Borromeu e Clemente Gomes de Amorim também o fizeram. Esses dois irmãos que vieram de Portugal e instalaram-se na Ribeira do Apodi por volta de 1730, alegaram em sua petição de terra que estavam criando *“em terras alheias por não terem terras próprias e porque nas mediações que de presente cuida [...] pertence aos herdeiros de Manoel Nogueira Ferreira”*¹⁹.

Provavelmente na mesma época em que os irmãos receberam a confirmação da data de sesmaria na Ribeira do Apodi ganharam também um novo membro na família: Margarida de Oliveira Nogueira, herdeira de seu pai, casou-se com Carlos Vidal Borromeu, que juntamente com seu irmão Clemente Gomes de Amorim, passariam a residir na Serra dos Dormentes, em terras que solicitariam a seguir, provavelmente as mesmas que foram demarcadas por Manoel Nogueira Ferreira.

Foi com essa união que se possibilitou o requerimento oficial das terras demarcadas pelos dormentes. Carlos Vidal Borromeu e seu irmão Clemente Gomes de Amorim, segundo Nonato Motta, teriam capacidade e homens, aliados pelos Paiacu, para retomarem a Serra, na ocasião habitada pelos chamados Pega²⁰, o que efetivamente fizeram, dando condições ao requerimento das terras.

Na árvore genealógica (simplificada) dos Nogueira Ferreira, identificou-se essa união, inclusive com a inserção posterior da descendente do primeiro casamento de Borromeu na repartição dos bens acumulados pela família Nogueira, através da doação de parte das terras da Serra à Damiana Costa Motta.

A primeira data de sesmaria concedida na Serra que futuramente seria chamado Portalegre, não foi encontrada no conjunto de Livros de Sesmaria do Rio

Grande do Norte pertencentes ao IHGRN durante nossa pesquisa. No entanto, Nonato Motta afirma, sem fazer referência à fonte, que em setembro de 1747 é concedido ao Sargento-Mor Clemente Gomes de Amorim, cunhado de Margarida de Oliveira Nogueira, uma carta de data e sesmaria “*em cima de uma planície chamada Serra dos Dormentes [...] com dois olhos d'água corrente*”²¹.

Apesar de não termos a referência documental desta carta de sesmaria, é possível que ela tenha existido ou mesmo ainda exista, já que se encontra no IHGRN, a concessão de mais uma carta de data e sesmaria na Serra dos Dormentes dois anos depois, dessa vez em nome dos dois irmãos afirmando “*ser as sobras que há de outra data que se lhes concedeu na Serra dos Dormentes*”²². Já no ano de 1749, os irmãos portugueses e a descendente direta de Manuel Nogueira Ferreira, eram proprietários de duas sesmarias, totalizando, pelo menos, uma porção de terra de 12 léguas de comprimento por duas léguas de largura.

É importante notar que os autores que tratam de Margarida como descendente de Manuel Nogueira Ferreira, geralmente a chamam de Margarida de Freitas, no entanto, na documentação encontrada ela também é referida como sendo Margarida de Freitas Nogueira e Margarida de Oliveira Nogueira, a mesma pessoa em toda documentação.

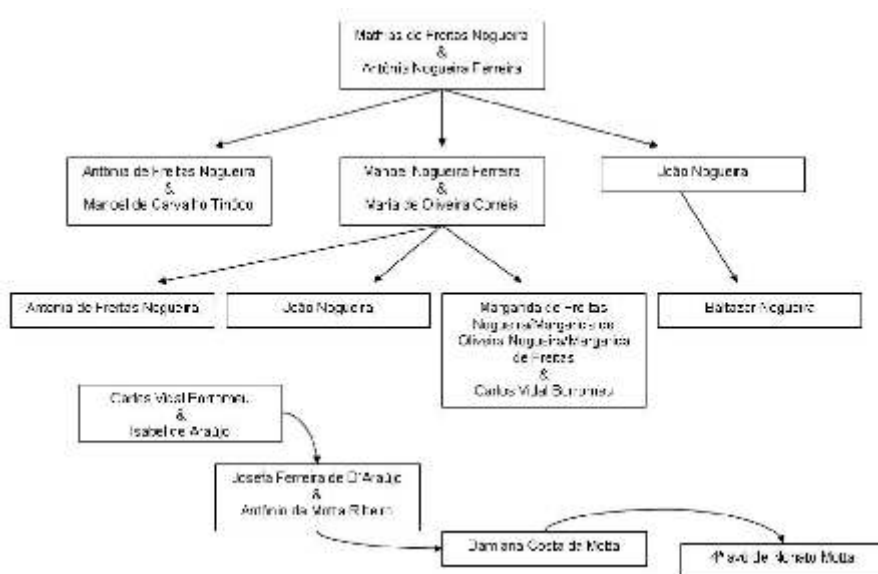


Figura 2: Árvore genealógica (simplificada) dos Nogueira Ferreira

FONTE: Elaboração do autor.

A Serra de Sant'Ana

A denominação de Serra de Sant'Ana, segundo Nonato Motta, teria sua origem a partir de Margarida de Freitas ou Margarida de Oliveira Nogueira, que em função de uma 'doença', no início da década de 1750, e pelo seu completo restabelecimento, teria feito votos a Nossa Senhora de Sant'Anna, prometendo construir uma capela com uma imagem da santa²³.

Segundo o catolicismo, Santa Ana, Sant'Ana ou Santana, apesar de não ser mencionada nos Evangelhos, seria a mãe de Maria e, portanto, avó de Jesus Cristo. A devoção a essa santa foi instituída pela bula papal em 1584 e é venerada como padroeira das mulheres casadas, especialmente das grávidas, cujos partos torna rápidos e bem-sucedidos, é também protetora das viúvas, dos navegantes e marceneiros²⁴. Tal devoção talvez se deva ao fato de não termos encontrado referências sobre descendentes diretos de Margarida de Freitas.

Nesse sentido, podemos inferir que Margarida de Freitas havia se recuperado e cumprido a promessa, erguendo a Capela e comprando a imagem de Sant'Anna, o que explicaria, possivelmente, a terceira nomenclatura que recebeu a futura Serra de Portalegre, o que pode ser verificado na carta de doação.

Nonato Motta apresenta uma certidão cartorial reproduzida em 20 abril de 1814, cujo original expedido em 25 de fevereiro de 1752, cujo documento trata de uma doação de terra que Carlos Vidal Borromeu faz a sua neta e afilhada Damiana Costa da Motta sendo *“uma sorte de terra chamada Sant'Anna, na serra do pody [...] onde começa a descobrir as léguas para baixo da serra e para o Olho d'água do Brejo [...] até topar no riacho dos Dormentes”*²⁵.

É importante notar que o Olho d'água do Brejo que o documento faz referência é o mesmo que em 1749 os irmãos portugueses pediram concessão de terras e é também o mesmo olha d'água existente atualmente na cidade de Portalegre. Acreditamos que a menção a riacho dos Dormentes seja o boqueirão que divide as serras de Portalegre e Martins e que, apesar de não ser um afluente do Rio Apodi, durante o inverno corre nessa abertura, grande vazão de água chamada hoje de “Riacho da Forquilha”.

Ao analisar a única carta de data e sesmaria encontrada após 1752 e antes de 1761 – ano de fundação da Vila – que possivelmente era na Serra dos Dormentes, encontramos uma referência *“a uma serra chamada Santa Anna”*. Na carta de sesmaria pedida por Francisco do Rego Barros, em 20 de setembro de 1758, e só concedidos dez anos depois, o suplicante *“descobriu uma serra*

chamada Santa Anna por respeito de que ao pé dela se acha uma fazenda situada no mesmo título de que o suplicante é rendeiro"²⁶, na Ribeira do Apodi.

Apesar de não termos ainda conseguidos informações sobre possíveis fazendas existentes ou que já existiram no entorno da serra com o nome de Sant'Anna, essa carta de sesmaria de Francisco do Rego Barros confirma a nomenclatura que recebeu a serra antes de se passar definitivamente a serra de Portalegre. E, além disso, propõe um outro caminho para a investigação acerca da nomenclatura recebida que não seja a de respeito a devoção à Sant'Ana por Margarida de Freitas.

A Serra do Regente e as Pedras do Rei

Há afirmações que mesmo depois do restabelecimento de Margarida de Freitas e depois da serra passar a ser chamada de Serra de Sant'Ana, as terras teriam ficado devolutas, já que *"por não terem os concessionários demarcado as terras no prazo marcado pela lei, passaram as terras devolutas (matas) ao reguengo, sendo administradas ou regidas pelo Capitão-Mor e Governador do Rio Grande do Norte, ficando então conhecida por Serra do Regente"*²⁷.

Cascudo reforça a essa suposição para explicar a quarta nomenclatura que recebeu a Serra de Portalegre, quando afirma que

*[...] depois da morte dos primitivos sesmeiros houve um abandono de ocupação, explicado por causas ainda imprecisas, revolta indígena, longas estiagens, disputa de posseiros, e a terra, não mais utilizada, caiu em comisso, voltando a pertencer ao Rei de Portugal, terra de reguengo, juridicamente devoluta [...] dando Serra do Regente*²⁸.

Essas assertivas, tanto de Nonato Motta quando de Câmara Cascudo, serviriam para explicar o motivo pelo qual a Serra de Sant'Ana passou a ser chamada de Serra do Regente. No entanto, algumas objeções contidas nos documentos citados pelo próprio Nonato Motta contestam tais argumentos usados para designar o novo nome da Serra.

Inicialmente podemos afirmar que as terras serranas não estavam devolutas, visto que temos, pelo menos, duas cartas de sesmarias (já citadas anteriormente) em nome dos irmãos Carlos Vidal e Clemente Gomes, ambas despachadas pelo Capitão-Mor Francisco Xavier de Miranda Henriques, em Natal, nos anos de suas petições (1747 e 1749).

E será parte dessas terras que foram doadas na carta de doação de 1752 em que o Capitão Carlos Vidal Borromeu fez a sua neta e afilhada. O doador declara que a terra seria dentro das terras em que havia árvores frutíferas plantadas e a casa de morada de Borromeu e, provavelmente, de sua esposa Margarida de Freitas²⁹.

É praticamente improvável que todos esses sesmeiros e posseiros, que já haviam realizado benfeitoria nas terras, como o cultivo das árvores frutíferas e a construção de casas e currais, tenham desaparecido *“por causas imprecisas”*. O próprio Nonato Motta afirma que no processo de criação da Vila de Portalegre *“os herdeiros de Carlos Vidal lutaram muito com a Municipalidade da vila de Port'Alegre, para lhe ser entregue a dita Serra, mais tudo lhe foi negado”*³⁰.

Além disso, a tradição oral vem afirmando que Margarida de Freitas teria doado as terras para implantação da Vila, conforme se pode perceber na passagem citada pelo Adjunto de Promotor Público, Manoel Antonio de Oliveira Coriolano, em 1878, no seu texto *“Memória ou notícia histórica de criação da Vila do Apodi na Província do Rio Grande do Norte”*:

*transferiu-a [Apodi] com os índios aqui moradores, para a Serra do Regente, hoje Vila de Portalegre, e ali pude conseguir de Margarida de Freitas Nogueira, mulher imbecil, a quem pertencia essa terra, para patrimônio dos mesmos índios que tinham sido aqui arraialados, nela erigiu a Vila*³¹

Aliado a isso, temos o pedido de sesmária realizado por Francisco de Rego Barros, em 1758, embora só confirmada 10 anos depois. Possivelmente o motivo da demora dessa confirmação tenha sido porque o seu pedido é realizado às vésperas da fundação da Vila, 1761, e ele tenha pedido terras dentro do termo da futura Vila, fazendo com que a Fazenda Real avaliasse o seu pedido. É possível concluir que ainda residia, depois de 1752, posseiros na Serra de Sant'Ana.

Mas como explicar a denominação de Serra do Regente?

De fato, durante todo o processo de criação da Vila de Portalegre iniciado em 1760 e pesquisado por Fátima Martins Lopes³², a futura Serra de Portalegre é sempre chamada como a *“Serra do Regente que se chama Serra de Sant'Ana”* ou vice-versa. Nossa pesquisa levantou duas prováveis hipóteses para este fato.

Na segunda carta de sesmária concedida aos irmãos Clemente Gomes de Amorim e seu irmão Carlos Vidal Borromeu de 1749, o nome de Clemente Gomes é acompanhado de um patente militar: Sargento-Mor e um adicional Regente. Essa

denominação poderia estar ligada ao fato de Clemente Gomes ser o regente da serra, que rege, governa ou dirige, visto que a primeira carta de sesmaria doada na serra foi a Clemente Gomes de Amorim e não a ele e seu irmão como será observado posteriormente.

É possível que com a morte de Clemente Gomes, seu irmão Carlos Vidal Borromeu, que em 1752 já detinha a patente de Capitão, a ser o “Regente” da Serra e a serra ficaria assim conhecida.

Uma outra hipótese, é que essa nomenclatura surgiu pela própria organização administrativa das terras e povoados da época. Até 1766, a Ribeira do Apodi e toda sua jurisdição estavam subordinadas administrativamente ao Julgado do Assu, que por sua vez estava subordinado ao Senado da Câmara de Natal.

Durante todo esse período a Ribeira do Apodi não possuía unidade administrativa própria. Somente com a sua elevação a Vila, em 1767, a criação das novas vilas e das Casas de Câmara com o passar do século XVIII, é que se funda no interior da Capitania unidades administrativas menores que legislavam e procediam dentro de sua própria jurisdição.

O termo “Julgado”, segundo Rafael Bluteau, é *“povoação que não tem pelourinho, nem goza dos privilégios de Vila, mas tem justiças e juizes que julgam”*³³. Assim, as terras que estavam sobre a jurisdição do julgado do Assu estavam sobre a Regência do Juiz do Assu e como a Serra de Sant’Ana encontrava-se dentro do julgado do Juiz do Assu, este era o Regente desta serra, sendo a Serra do Regente.

Estas hipóteses precisam ser mais pesquisadas, mas acreditamos que esta nomenclatura dada a serra esteja na necessidade de projetar na documentação oficial que trata da criação da Vila, o domínio que exerce o Rei e seus representantes sobre a colônia, visto que, as terras não pertenciam aos Nogueira Ferreira nem muito menos a Carlos Vidal, mas sim, ao Rei, que concede através de seus diplomas reais o direito de uso e posse da terra. Essa afirmação de posse das terras por parte do Rei em seus domínios ultramarinos pode ser observada através da emblemática ‘Pedra do R’ ou Pedra do Rei.

De acordo com Fátima Lopes, quando se iniciou o processo de transformação da Missão de São João Batista do Apodi em Vila, esta deveria ocorrer no mesmo local onde se situava a Missão, ou seja, em Apodi. No entanto, por solicitação dos criadores de gado do Apodi que consideravam danosa a presença dos índios em suas terras, alegando que estes roubavam e comiam seus

gados, o Tenente-Coronel de Cavalaria da Ribeira do Açú sugeriu que a vila fosse criada na Serra de Martins.

Todavia, os moradores da Serra da Martins também não se sentiram confortáveis com a possível presença dessa grande quantidade de índios em suas terras e, em atendimento às contribuições dos moradores da Ribeira do Apodi e da Serra de Martins, a transferência dos índios da Missão do Apodi ocorreu para a Serra do Regente ou Serra de Sant'Ana³⁴.

Em carta ao Governador de Pernambuco, datada de 21 de outubro de 1761, o Juiz de Fora e responsável pela transferência dos índios da Ribeira do Apodi, Carlos Miguel de Pina Castelo Branco, informava sobre os trabalhos para a implantação da Vila de Portalegre na Serra do Regente.

O Juiz afirmava que no dia 20 de outubro de 1761 havia principiado a demarcação das terras na Serra do Regente, buscando identificar quantas datas de terra poderia acomodar já que das seis léguas que ele compreendia ser aproveitável, achara 240 braças de pedra, porém acreditava que poderia *“não somente incluir os índios do Apodi e seus agregados, mas também novos moradores que quisessem nela morar”*³⁵.

Levando em consideração as peculiaridades de relevo da serra e sendo necessário vir do Reino as ferramentas e aportes necessários à nova Vila, o Governador prometia mandar ferramentas de ferro e aço que necessitassem para o desbravamento, o que efetivamente enviou em novembro de 1761, pelo registro das cunhas, alavancas e marretas para quebrar pedra na *“relação do que se remeteu ao Dr. Juiz de Fora para a nova Vila que erigiu na Serra do Regente, a que denominou Vila Nova de Portalegre”*, assentada nos livros de Pernambuco³⁶.

Essas ferramentas de ferro e aço além de terem servido para aplainar o solo e promover as modificações favoráveis à construção das habitações e prédios públicos na nova vila, serviram também para esculpir as pedras do Rei ainda hoje localizada nas cercanias da serra de Portalegre.



Figura 3 primeira pedra do R

FONTE: Acervo do autor.

A primeira Pedra do R encontrada nas encostas da serra na localidade rural denominada Sítio Bonsucesso, encontra-se em terras particulares, no entanto, bem conservada e guardada pela própria mata que a cerca.



Figura 4 Segunda pedra do R

FONTE: Acervo do autor.

A segunda Pedra do R, fotografada pela primeira vez em janeiro de 2008 que também está situada em terras particulares, foi encontrada por moradores locais quando realizam trabalhos no campo. Ao perceberem que, fincado na terra encontrava-se uma estranha pedra com um “R” em alto relevo, chamaram o professor Alci Marques, conhecedor da História de Portalegre.

Utilizando-se de ferramentas da Web, conseguimos demarcar num mapa de vista aérea os locais em que se encontram as duas pedras encontradas. Ao demarcarmos também o termo central da Vila (mediações da praça central onde se encontrava a igreja, casa de câmara e o pelourinho) temos condições de perceber que de fato os demarcadores de pedra estão nas encostas da serra, delimitando o território da Vila e que é possível aferirmos onde possivelmente se encontram as outras duas pedras do R. Esses marcos de pedra serviram para demarcar o termo da vila e a onipresença do Rei português em seus domínios ultramarinos.

Era essencial à Câmara local ter esses demarcadores físicos, para assim poder ter controle da terra, dos forais e licenças de uso, cobrando os impostos devidos. Com esses símbolos reinóis, “*El Rei*” se fez presente não só através de seus funcionários e instituições implementadas na América portuguesa, mas também através desses marcos que, além de ter aguçado a imaginação dos colonos em relação à grandiosidade de seu mentor, serviu também como elementos simbólicos de poder e controle de um Rei que se encontrava do outro lado do oceano, reinando sobre seus vassalos, soltos na imensidão de sua colônia.

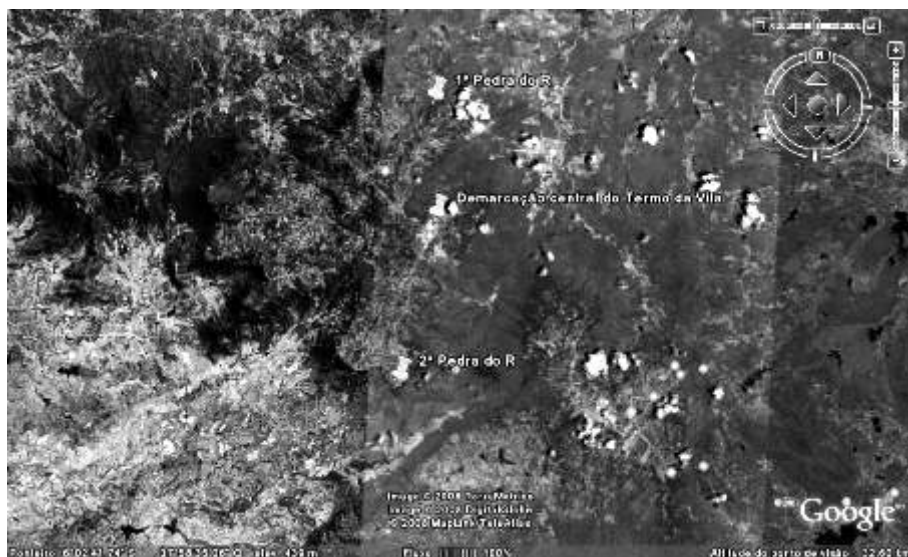


Figura 5 Demarcação do termo central da Vila

FONTE: www.google.com.br

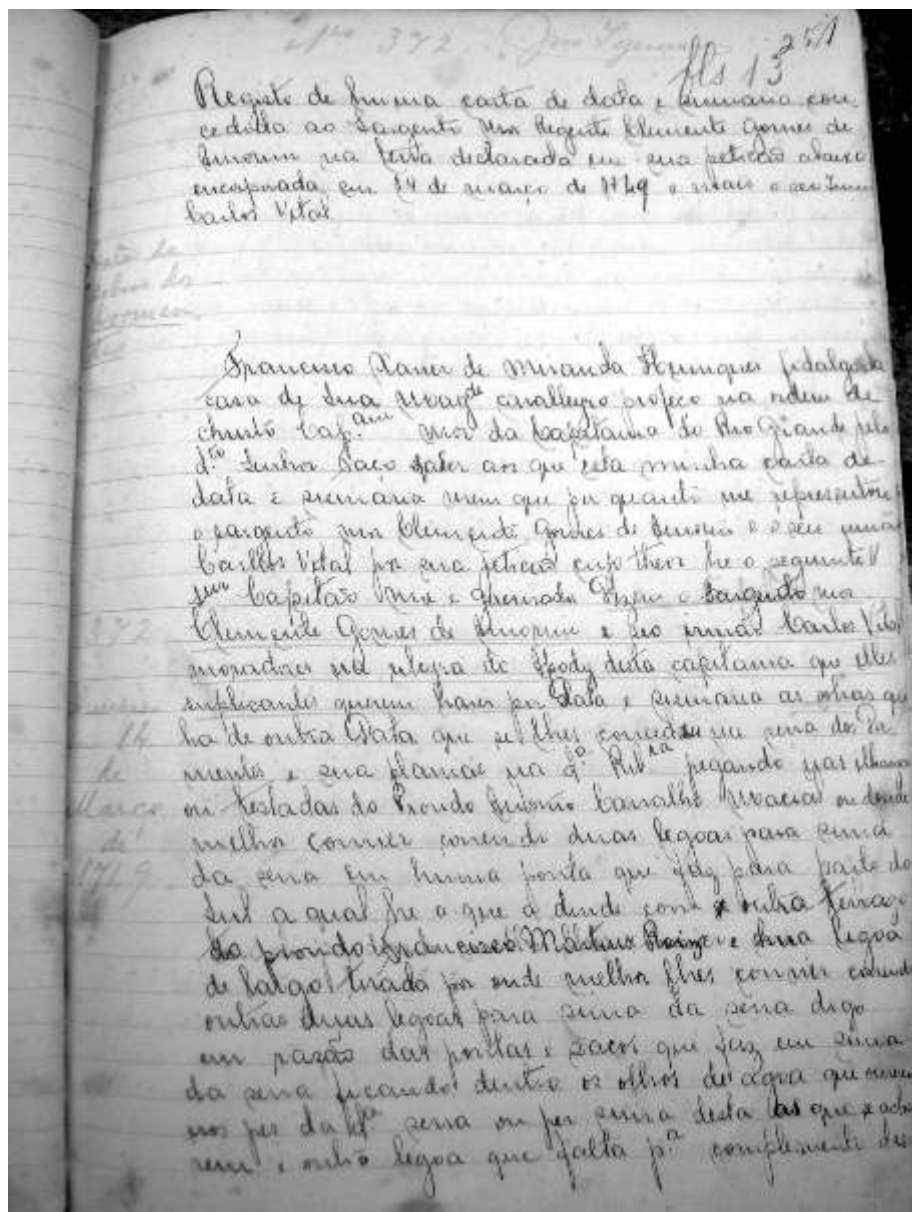


Figura 6 Carta de Sesmaria, 1749

FONTE: IHGRN

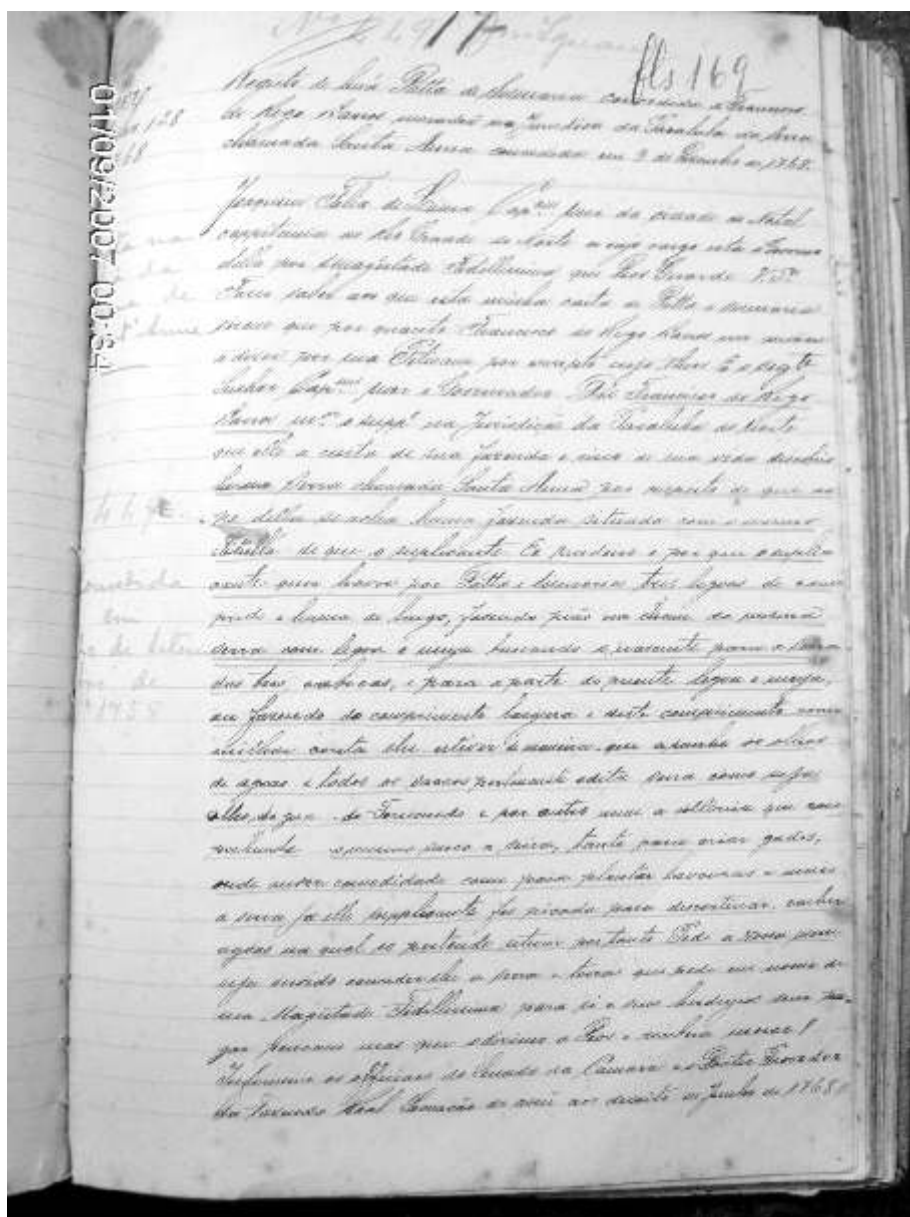


Figura 7 Carta de Sesmaria, 1758

FONTE: IHGRN

NOTAS

¹ A ORDEM. Natal, 20 jan. 1941.

² BAUMANN, J. C.; PACHECO, C. B. *Apodi*: um olhar sobre sua diversidade, p. 86.

³ MOTTA, Nonato. Notas sobre a Ribeira do Apodi, p. 45.

⁴ LOPES, F. M. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, p. 133.

⁵ IHGRN. *Livros de Sesmarias*, lv. 1, sesmaria nº. 43, fl. 181.

⁶ Ibid.

⁷ MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os antigos cronistas e os rios Upanema, Apodi e Mossoró*, p. 8.

⁸ GUERRA, Valter de Brito. *Apodi no passado e no presente*, p. 2.

⁹ Ibid, p. 21.

¹⁰ SOUZA, Ana Cláudia Bezerra de. *O homem e o sertão*: a colonização da Ribeira do Apodi no século XVIII, p. 37.

¹¹ MOTTA, Nonato. Notas sobre a Ribeira do Apodi, p. 45.

¹² CASCUDO, L. da Câmara. *Nomes da terra*: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte, p. 160, 235.

¹³ MOTTA, Nonato. *Fundação de Port'Alegre*, p. 113.

¹⁴ CASCUDO, L. da Câmara. *Nomes da terra*: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte, p. 160, 235.

¹⁵ SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)*. p. 251-252.

¹⁶ CASCUDO, L. da Câmara. *Nomes da terra*, p. 235; MOTTA, Nonato. *Fundação de Port'Alegre*, p. 113.

¹⁷ IHGRN. *Livros de Sesmarias*, lv. 05, sesmaria nº. 372, fl. 13.

¹⁸ IHGRN. *Livros de Sesmarias*, lv. 04, sesmaria nº. 295, fl. 67.

¹⁹ IHGRN. *Livros de Sesmarias*, lv. 04, sesmaria nº. 294, fl. 65.

²⁰ MOTTA, Nonato. *Fundação de Port'Alegre*, p. 113-114.

²¹ MOTTA, Nonato. *Fundação de Port'Alegre*, p. 114.

²² IHGRN. *Livros de Sesmarias*, lv. 05, sesmaria nº. 372, fl. 13.

²³ MOTTA, Nonato. *Fundação de Port'Alegre*, p. 120.

²⁴ Disponível em: <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1556.html> . Acesso em 6 dez. 2007.

²⁵ MOTTA, Nonato. *Fundação de Port'Alegre*, p. 124.

²⁶ IHGRN, *Livros de Sesmaria*, lv. 05, sesmaria nº. 449, fl. 169.

²⁷ MOTTA, Nonato. Notas sobre a Ribeira do Apodi, p. 83.

²⁸ CASCUDO, L. da Câmara. *Nomes da terra*, p. 235.

²⁹ MOTTA, Nonato. *Fundação de Port'Alegre*, p. 124.

³⁰ MOTTA, Nonato. *Fundação de Port'Alegre*, p. 132.

³¹ BNRJ – I -31,20,19. Catálogo da Exposição do Brasil, p. 466 – doc. 5492. “*Memória ou notícia histórica de criação da Vila do Apodi na Província do Rio Grande do Norte*” por Manoel Antonio de Oliveira Coriolano, 06/05/1878.

³² Sobre a criação da Vila de Portalegre e a menção a Serra do Regente ver: LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade*, p. 131-160.

³³ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*, p. 221-222.

³⁴ LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade*. p. 138.

³⁵ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.136, Carta do Governador de Pernambuco ao Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, 8/11/1761.

³⁶ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.176, Relação do que se remeteu ao Dr. Juiz de Fora para a nova Vila que erigiu na Serra do Regente, a que denominou Vila Nova de Portalegre com o barco de que é mestre Francisco da Silva Neves, como consta da carta a fl. 135 v-136, neste livro, [novembro, 1761].

REFERÊNCIAS

A ORDEM. Natal, 20 jan. 1941.

BAUMANN, J. C.; PACHECO, C. B. *Apodi: um olhar sobre sua diversidade*. Natal: [s.n.], 2006.

BARRETO, José Jacome. *Portalegre, origem e contemporaneidade*. Portalegre: PMP, [s.d.].

CASCUDO, L. da Câmara. *Nomes da terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CASTAGNIMO, Antonio Souto (Org.). *Repositório da legislação brasileira do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1938. v. 7.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os antigos cronistas e os rios Upanema, Apodi e Mossoró*. Mossoró: Fundação Vingt-Un, 1987. (Coleção Mossoroense, série B, nº. 452).

GUERRA, Valter de Brito. *Apodi no passado e no presente*. 3. ed. Apodi: [s.n.], 1995.

IHGRN. *Livros de Sesmarias*, lv. 1, sesmaria nº. 43.

_____. *Livros de Sesmarias*, lv. 4, sesmaria nº. 294 e 295.

_____. *Livros de Sesmarias*, lv. 5, sesmaria nº. 352, 372 e 449.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

_____. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. 700f. Tese (Doutorado em História) —Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MOTTA, Nonato. Notas sobre a Ribeira do Apodi. *Revista do IHGRN*, Natal, v. 18/19, p. 45-90, 1920-1921.

_____. Fundação de Port'Alegre. *Revista do IHGRN*, Natal, v.20/22, p. 113-139, 1923-1925.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo* (1492-1640). São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Ana Cláudia Bezerra de. *O homem e o sertão: a colonização da Ribeira do Apodi no século XVIII*. 2007. Monografia (Graduação em História) UFRN, Natal.

A Vila de Portalegre: povos e instituições

Fátima Martins Lopes

Em maio de 1758, as chamadas Leis de Liberdade dadas aos índios do Maranhão e Grão-Pará foram estendidas para o Estado do Brasil e, em agosto, também foram estendidas as determinações gerais do Diretório dos Índios, que regularia a vida dos índios a partir daí.¹ Logo a seguir, em 14 de setembro de 1758, a Regente D. Maria informou ao Governador de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, sobre as novas leis, determinando que se transformasse as Missões de Pernambuco e suas Anexas administradas pelos jesuítas em Vilas, repartindo-se as terras necessárias para as lavouras, criando-se Câmaras de Vereadores, passando os índios a exercer a liberdade de suas pessoas, bens e comércio, contando com um Diretor para administrar os indígenas e um Mestre para ensinar às crianças.

No mesmo dia, por Alvará destinado ao Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha, a Rainha ordenou que, nas Missões que até então eram administradas pelos religiosos da Companhia de Jesus, fossem criadas Vigararias Colativas, substituindo os missionários por clérigos seculares.² A Capitania do Rio Grande do Norte estava subordinada à Diocese de Olinda, em Pernambuco e, por isso, nesta ordem entraram as Missões jesuíticas de Guajiru e Guaraíras do Rio Grande do Norte, que foram transformadas em Vilas de Extremoz e de Arez, pelo Ouvidor Geral de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama e Casco, durante o ano de 1760, tendo permanecido nos lugares em que existiam desde o final do século XVII.³

Na criação das novas Vilas, a ação do Ouvidor Geral Bernardo Coelho da Gama e Casco seguiu procedimentos legais e ritualizados que tinham a função de criar novos espaços coloniais. O poder único dos missionários, que isolara nas Missões a população indígena, criara a incongruência de existirem povoações na colônia que não eram coloniais. A partir de então, dentro das novas Vilas, os missionários seriam substituídos pelos agentes laicos, o Diretor, Camaristas e Mestres, e eclesiástico, o Vigário, que, separadamente administrariam a inserção desses espaços no mundo colonial. Era a concretização de uma decisão político-administrativa da Coroa em estabelecer, nas palavras de Caio Boschi, “*[...]um marco de posse, [...] irradiar a sua presença e efetivar a posse do território a partir dos novos núcleos*”.⁴ As novas Vilas de Índios, apesar do permanecerem sendo chamadas assim, estavam abertas aos colonos luso-brasileiros até então impedidos de viverem nas Missões. É nesse contexto que a Vila de Portalegre é criada, entre outras no Rio Grande do Norte.

Após a instalação das primeiras sete Vilas nas Capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, em 17 de julho de 1760, o Secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviou um Aviso ao Governador de Pernambuco, determinando que todas as outras Missões de Pernambuco e suas anexas, de quaisquer Ordens religiosas, fossem elevadas à Vila, com as mesmas condições das que já haviam sido criadas anteriormente.⁵

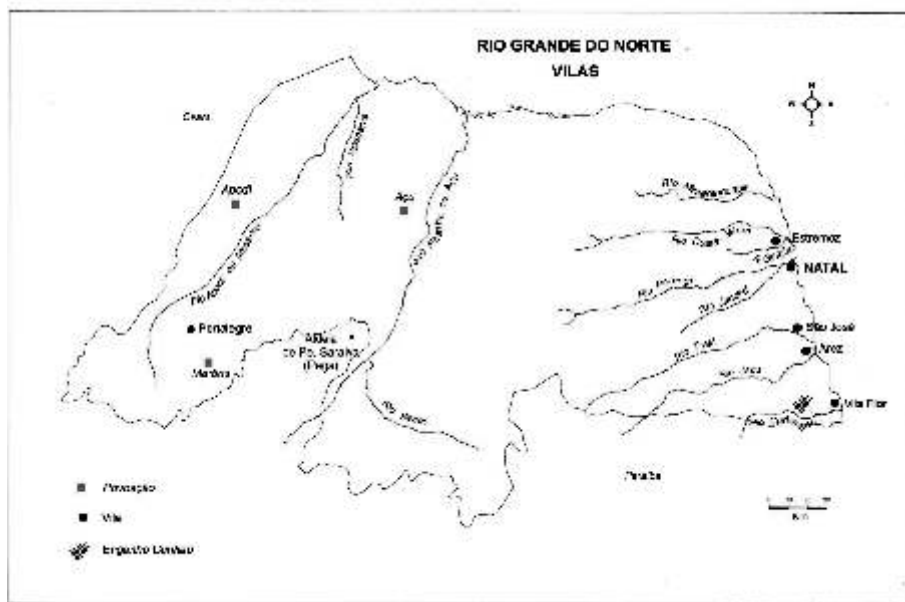


Figura 1 Vilas do Rio Grande do Norte

FONTE: Elaboração da autora

Essa decisão resultava da determinação régia de controlar todo o espaço colonial sob seu domínio e isso incluía os espaços das Missões, independentemente da Ordem que as administravam, pois estas sempre eram motivos de reclamações quanto ao seu isolamento e independência frente aos poderes coloniais locais, fossem eles laicos ou eclesiásticos.

No mesmo documento que ordenava a criação das Vilas no restante das Missões, o Secretário também aceitou a indicação que o Governador havia feito para que, o Juiz de Fora do Recife, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, assumisse a criação das 23 Vilas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e sertão norte de Pernambuco.⁶ Na capitania do Rio Grande do Norte seriam elevadas à Vila as Missões do Apodi, de Mipibu e de Igramació.⁷

Nesse momento, no entanto, não havia uma ordem expressa que obrigasse a que os missionários regulares abandonassem as novas vilas. Eles poderiam permanecer como Párocos desde que respeitassem dividir a administração dos índios com os Diretores e Vereadores das Câmaras, e, principalmente, a subordinação ao Bispado de Pernambuco.

Já em 1761, o Governador de Pernambuco ordenou aos Provedores da Fazenda Real das Capitânicas anexas, que ajudassem com toda despesa para efetuar a criação das Vilas, providenciando o pagamento devido aos novos Vigários e seus Coadjuutores que assumiriam as novas paróquias erigidas.⁸ Ordenou também que os Comandantes das Ordenanças prestassem todo o auxílio militar, atendendo a qualquer necessidade, como conseguir “...guias, mantimentos, forragens e cavalaria para a união dos habitantes de algumas das antigas aldeias em que não seja conveniente subsistirem nem possam florescer...”⁹

Pelo maior número de aldeamentos e por serem menores, os responsáveis pela criação das Vilas deveriam reunir os índios de Missões e aldeias espalhadas para contar o número de 150 casais obrigatórios para formar uma vila, conforme o Diretório definira (§77). Além disso, também deveriam agregar os “índios silvestres que residem nos matos”.¹⁰

A escolha da estratégia de fundir várias aldeias em uma só Vila foi explicada pelo Governador Lobo da Silva:

*[...] se deve fazer das nações uma só Vila ou Lugar para ilidir[rebater] os embaraços que podem resultar e diminuir por este modo as despesas que se seguem à Real Fazenda na duplicidade de Vigários, Coadjuutores, Diretores e Mestres[...].*¹¹

Sem dúvida, este procedimento diminuiria os custos com os salários dos funcionários e das côngruas dos Vigários. Também garantiria a liberação de maior quantidade de terras para a colonização e possibilitaria o controle de parte da população indígena que ainda vivia livres pelos matos, resistindo à dominação, tirando o seu sustento dos currais, das fazendas, das roças, das matas que os colonos e a Coroa acreditavam serem suas por lei.¹²

A partida do Juiz de Fora para iniciar a criação das Vilas se deu no início do mês de abril de 1761.¹³ Diferentemente do Ouvidor Geral, o Juiz de Fora Castelo Branco foi fazendo, primeiramente, uma averiguação da situação das diferentes aldeias e Missões. Ao passar pelos aldeamentos que deveriam ser erigidos em vilas, observava a capacidade de sustentação de cada lugar (terras e águas), recebia informações dos Capitães-mores sobre as pessoas que poderiam assumir os cargos de Diretores e Mestres; recebia queixas dos colonos quanto à vizinhança de povoados indígenas ou de grupos dispersos; e definia a recolocação das comunidades indígenas de acordo com o que observava. Andou pelos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e no dia 19 de maio estava na Serra de João do Vale, que servia de divisa às duas Capitânicas.

No Rio Grande do Norte, a Missão do Apodi estava arrolada entre as que deveria ser elevada à Vila. Era composta por índios Paiacu, que haviam sido

reduzidos pelos jesuítas durante a Guerra dos Bárbaros, em 1700, tendo passado à Ordem dos Capuchinhos em 1734.¹⁴ Quando o Juiz de Fora lá chegou encontrou os índios sob a administração do Frei Fidélis de Partana e aqueles que, no seu caminho pelos sertões, foi ordenando transferir para a Missão. Lá, já se encontravam os índios da Aldeia dos Icozinhos (ou Icó Pequeno, da Ribeira do Piancó), uns casais de “Caborés”, que não tinham Missão própria e “vários casais que residiam nas Serras e fazendas dos sertões do Piancó e Assu”, isto é, índios que estavam ilegalmente retidos pelos colonos.¹⁵ (Ver Mapa 1)

O Juiz de Fora intentava criar a Vila logo a seguir, porém mudou de idéia, como informou ao Governador:

*[...] porém quando intentava ir fazer o ato de criação da Vila, transferindo o nome do Apodi para o de Portalegre ... ocorreu o Diretor José Gonçalves da Silva com a dúvida de que tendo a Missão uma famosa Igreja e bastantes terras, não as havia capazes de roças mais do que para 15 moradores.*¹⁶

Além da “má qualidade” das terras para lavoura, visto que as terras baixas das Ribeiras eram reservadas para a criação do gado, havia outro motivo para o Tenente-Coronel de Cavalaria da Ribeira do Açu, indicado para Diretor da nova Vila, tentar influir na implantação da Vila: a presença de maior quantidade de índios agregados à Missão, que seria transformada em Vila, motivou a que criadores de gado moradores na Ribeira do Apodi solicitassem a transferência dos índios, que diziam roubavam e comiam seu gado. Para serem atendidos em seu pedido, ofertaram “... duzentos mil réis, que dá a Casa de José Vaz, como interessado no alívio [dos índios Paiacu da Ribeira do Apodi], pela vizinhança das suas fazendas”¹⁷

O Tenente-Coronel sugeriu que os índios fossem transferidos para a Serra de Martins, onde havia terras férteis para as plantações dos índios, e que para isso deveriam negociar, “...dando-se ao sesmeiro desta em troca todas as terras do referido lugar do Apodi, ou parte delas, reservada a outra parte para o gado, que sem título dizem pertencer a São João Batista”.¹⁸

Nesse impasse, o Juiz de Fora escreveu ao Governador pedindo uma definição quanto ao lugar da criação e encaminhando-se ao Recife pessoalmente, porque, “...segundo o que tinha examinado nos diversos distritos porque havia percorrido e a natureza de diversas nações de índios de que estava encarregado...”, eram necessários entendimentos com o Governador e o Bispo.¹⁹

Na reunião que teve com o Governador e o Bispo de Pernambuco, em 24 de agosto de 1761, o Juiz de Fora alegou que era preciso “...separarem os índios

das antigas malocas...”, cujas terras, dizia, não serviam para a agricultura, e retirarem os seus “...*maus hábitos*.”²⁰ Propunha, então, a estratégia de reunir esses grupos indígenas dispersos ou originados de pequenas aldeias em uma nova localidade administrada por seculares, “...*resultando sempre o benefício de ficarem mais bem situados ... e se poder tirar das terras que ocupavam, só úteis para entreter o gado*.”²¹

As decisões favoráveis às transferências foram assentadas num Termo da reunião do Palácio Episcopal, em 24 de agosto de 1761, o que dava maior garantia ao Juiz de Fora nas ações que deveria tomar. Principalmente, porque a as transferências poderiam provocar reações dos índios e dos colonos que teriam que pagar pelos custos das transferências, como determinara o Governador, por ficarem com “*conveniências em que lhes separem aqueles das vizinhanças das suas fazendas...*”²² “Para o Governador este pagamento era uma forma de “...*se ajudar em grande parte a despesa deste novo estabelecimento*”.”²³ Além disso, as transferências poderiam não agradar a outros colonos, isto é, aqueles que receberiam os índios como vizinhos. Foi o que aconteceu no processo de criação na nova Vila de Portalegre.

Voltando à Missão do Apodi em setembro de 1761, o Juiz de Fora comunicou à população que a transferência ocorreria para a Serra de Martins. No entanto, os moradores desta serra, recebendo a notícia, fizeram uma petição ao Governador Luiz Diogo Lobo da Silva para que os índios não fossem transferidos para a sua vizinhança. Alegavam que a presença dos índios na serra iria resultar na continuidade dos roubos do gado, que não havia terras férteis suficientes para sustentar aos moradores e aos índios da nova Vila, e que, como os índios plantavam apenas para subsistência, os dízimos pagos à Coroa seriam diminuídos.²⁴ Ofereceram voluntariamente “*três mil cruzados os moradores da Serra do Martins por lhes não estabelecerem nela os índios do Apodi, e mais que aos mesmos uniu*”²⁵

A solicitação foi, inicialmente, negada pelo Governador que fez um despacho alegando que era “...*de tão boa qualidade de terra, ... de tanta extensão que tem área competente para acomodar todos os índios... e todos os 438 moradores...*”. Contudo, apesar de toda a confiança do Governador, a nova Vila não foi erigida na Serra do Martins, mas sim na vizinha, a do Regente ou de Santana. (Ver Mapa 1).

O dinheiro oferecido pelos colonos da Ribeira do Apodi e da Serra de Martins para afastarem os índios de sua vizinhança serviu para atenderem aos alimentos e necessidades para “*se estabelecer na do Regente*”.”²⁶

Não foi encontrada a documentação com os dados sobre a mudança dos índios, apenas uma descrição no artigo *Notas sobre a Ribeira do Apodi*, de Nonato Mota, que apesar de conter incoerências quanto às datas, traz interessante relato desse acontecimento, principalmente se observar-se a pretensa passividade com que o autor descreve a “*partida*” dos Paiacu:

“reuniram-se cerca de 70 e tantas famílias de índios na frente da Matriz de S. João Batista do Apodi, aguardando a hora da partida. Depois de celebrada a Missa, pelo Cura do Apodi, P.º João da Cunha Paiva, leu o Juiz Caldeira em altas e inteligíveis vozes, os Alvarás de 6 de junho de 1755 e do 1º de abril de 1680. Às 3 horas da tarde, o som da caixa e o repicar dos sinos anunciavam a hora da partida. Os índios, escoltados pela força pública, sob as ordens do Tenente-Coronel José Gonçalves da Silva, seguiram para a Serra de Santa Ana. Acompanhavam o Juiz Caldeira, o escrivão Gayo, Antônio Albino do Amaral, curioso de geometria e do instrumento da bússola e Sebastião Gonçalves da Silva, ajudante da corda com que se demarcavam terras do sertão... subiram a Serra de Santa Ana e chegaram ao cimo da Serra...”²⁷
(Grifo nosso).

O texto traz algumas datas impossíveis, como a da chegada dos índios a Serra do Regente, ou de Santana, no dia 24 de junho, dado que no dia 10 de julho de 1761, o Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, acompanhado do Capitão-Mor dos índios da Missão de Apodi, José Rodrigues da Silva, e na presença do missionário capuchinho responsável pela Missão, Frei Fidélis de Partana, passou à Mostra as Companhias da Missão ainda na Ribeira do Apodi.²⁸ Além disso, a esta altura, a transferência dos índios para a serra ainda não havia sido aprovada, o que só ocorreu em 24 de agosto, quando somente então o Juiz de Fora reiniciou a sua viagem de volta ao sertão. A confusão deve ter sido feita por causa de um edital que o Juiz de Fora havia posto na Missão de Apodi em 13 de maio para proceder à transferência dos índios para a Serra, mas que não foi feita como ele alegou em correspondência com o Governador, pois havia muitas dúvidas para serem resolvidas sobre as transferências.²⁹

No entanto, apesar da confusão das datas, percebe-se que o autor teve acesso a um documento que descreve o episódio e o que chama a atenção é como os índios seguiam, “*escoltados pela força pública*”, o que coincide com a descrição da transferência dos Pega para a Missão de Mipibu, inclusive com o uso da Mostra para reunir os índios.

O que conta é que os trabalhos para a implantação da Vila de Portalegre iniciaram após a chegada do Juiz de Fora com os índios transferidos da Missão de Apodi e os demais agregados em outubro. Em carta ao Governador, datada de 21 de outubro de 1761, o Juiz de Fora informara que, no dia anterior (20 de outubro), havia principiado a demarcação das terras na Serra do Regente. Informava que efetuava a medição para saber a sua extensão e, em razão dela, quantas datas poderia acomodar, pois, conforme havia visto achara muita terra pedregosa, porém acreditava que poderia não somente incluir os índios do Apodi e seus agregados, mas também novos moradores coloniais que quisessem nela morar.³⁰

O Governador de Pernambuco garantiu ao Juiz que era acertada a escolha da nova localidade, alegando que as terras demarcadas *“terá toda a área necessária para os referidos moradores e índios, mas também aquelas necessárias para receber os que esperam com o tempo pelas descidas, sem que falte a competente para patrimônio da Câmara, rocios, baldios e logradouros públicos”*, como os pastos para o gado e a retirada da madeira para a construção das casas.³¹

Frente à situação peculiar da serra, para a elaboração das construções necessárias à nova Vila, o Governador prometia mandar ferramentas de ferro que necessitassem para o desbravamento, o que efetivamente enviou em novembro de 1761, pelo registro das cunhas, alavancas e marretas para quebrar pedra na *“Relação do que se remeteu ao Dr. Juiz de Fora para a nova Vila que erigiu na Serra do Regente, a que denominou Vila Nova de Portalegre”*, assentada nos livros de Pernambuco.³² A “Pedra do R” foi trabalhada e estabelecida então.

O Juiz de Fora também havia levado material para a instalação das vilas e suas novas Câmaras: papel, livros para registros, escrivatinhas, toalhas para mesas, varas de Vereação das Câmaras, penas, cofres, marcas de ferro para gado, balanças, pesos e medidas diversos, e cordas para demarcação das terras. Levava consigo também cópias do Diretório e da Direção e cartilhas para a escola. Levou também machados, foices e enxadas para os trabalhos iniciais da agricultura.³³

Em 8 de dezembro de 1761, com as terras demarcadas, se erigiu a Vila de Portalegre, e o Juiz de Fora seguiu o ritual legal de criação, convocando a população por edital, publicando as leis que a amparavam e estabelecendo o Pelourinho no dia marcado, conforme o Termo assentado pelo Escrivão Francisco Xavier Gayo:



Figura 2 Vilas de Portugal

FONTE: LOPES, Fátima M. Em nome da liberdade. Anexos. p. 4.

*E logo também presente aos moradores desta Povoação e de mais que para o aumento foram congregados, depois de o Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco fazer publicar pelo seu meirinho João Francisco Dinis as Leis insertas no Edital retro que o mesmo meirinho em voz inteligível leu; mandava imediatamente levantar o Pelourinho, e posto em alto proferiu o dito João Francisco Dinis as vozes seguintes: “Real, Real, Viva o nosso Augusto Soberano Rei e Senhor D. José I de Portugal”, o que repetiram todos os circunstantes em sinal de seu fiel reconhecimento pala mercê que receberam na ereção desta nova Vila que o sobredito Ministro apelidou com o nome de Portalegre, determinando que junto ao dito Pelourinho se fizesse arrematações e mais atos que deveriam celebrar em público e de tudo para constar mandou fazer este Termo em que assinou o dito Ministro e a nobreza da vila. Eu, Francisco Xavier Gayo, escrivão nomeado para esta diligência que a escrevi...*³⁴

No geral, a cerimônia feita pelo Juiz de Fora era semelhante às de criação de outras vilas. O nome da nova Vila, Portalegre, além da “semelhança” que o Juiz referira ter encontrado entre a situação serrana desta e a de Portugal, provavelmente, está relacionado a uma possível homenagem do Juiz de Fora à terra de seus antepassados, os Castel Branco, que tinham terras e um castelo em Portalegre, distrito do Alentejo. (Ver Figura 2) Para a nomeação da nova Freguesia, foi mantido o orago de São João Batista, que havia recebido da antiga Missão do Apodi, adicionado da homenagem à N.ª Sr.ª da Conceição, santa do dia da criação da Vila, ficando como Freguesia de São João Batista e N.ª Sr.ª da Conceição de Portalegre, que só foi oficialmente criada em 11 de maio de 1764 sendo o primeiro pároco provido Pe. Antônio Coelho do Amaral.³⁵

Sobre a nova vila, no Mapa das Vilas de Índios de Pernambuco e suas Capitanias Anexas feito no final do governo de Luiz Diogo Lobo da Silva, em 1763, há a seguinte descrição:

*Vila de Portalegre, ereta em 8 de dezembro de 1761, composta de quatro Nações, a primeira e principal chamada Paiacu e as três que se uniram ‘Icozinhos, Caborés e Panicuas’, também se anexou a esta o Lugar de Montemor que se desfez da Nação Paiacu. Vigário P.º Gonçalo Ferreira. Diretor o Tenente Coronel José Gonçalves da Silva e Mestre de Escola Ignácio da Assunção.*³⁶

Para a nova Vila de Portalegre, na Serra do Regente, também foram transferidos compulsoriamente os índios Paiacu que habitavam o Lugar de Montemor, o novo da América, da Capitania do Ceará, que, em 1759, o Ouvidor Geral Gama e Casco havia criado como Lugar porque a aldeia tinha uma pequena população com 66 casais, o que não permitia que fosse criada uma Vila.³⁷ Quando

o Juiz de Fora Castelo Branco passou pelo Lugar de Monte-mor, na sua viagem de averiguação inicial, entendeu que o pequeno número de casais deveria ser reunido aos da Missão de Apodi por também serem Paiacu e ordenou ao Diretor José Gonçalves da Silva que fizesse a remoção.

A transferência desses índios só ocorreu efetivamente em 15 de fevereiro de 1763, quando o Diretor conduziu a gente de Monte-mor, com “...os *meninos, carros de mantimentos e o gado de S. Maj. F. e de N.ª Sr.ª*”³⁸ e também com o dinheiro de dois anos e dois meses de Fábrica da Paróquia de Monte-mor, que foi para a construção da Igreja de Portalegre.³⁹ Sobre essa transferência, no relatório sobre as criações das vilas que o Governador mandou fazer no fim da sua gestão, aparece: “...*também se anexou a esta [Portalegre] o Lugar de Montemor que se desfez da Nação Paiacu.*”⁴⁰

[...] Nesse momento (1763), na Vila de Portalegre passou a existir uma população indígena composta de 1805 pessoas, sendo 280 casais, 134 meninos em idade de ir a escola, 18 rapazes para aprender ofícios, 142 meninas para estudar com a Mestra, 572 jovens solteiros, 10 Companhias de Milícias com 551 Praças. Era uma população bastante elevada se compararmos esses 280 casais com as 438 famílias que viviam na próxima Serra de Martins⁴¹ ou mesmo, com os 319 que haviam em Extremoz e 284 em Arez⁴², que já estavam habitando o local havia tempos. Esta concentração populacional repentina, causada pelas transferências de diversos grupos para atender aos interesses dos colonos e da colonização em si, trouxe dificuldades para obtenção de alimentos para a população indígena, no entanto, para o Governador de Pernambuco essas dificuldades eram “*normais*”, pois também aconteciam nos primeiros tempos das outras Vilas estabelecidas.”⁴³

Na criação da Vila de Portalegre, os bens dos Paiacu da Ribeira do Apodi (terras e gado) ficaram na mesma Ribeira arrendados para garantir os efeitos necessários para a construção da nova Igreja e da Casa de Câmara.

No inventário dos bens da Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição da Missão dos Paiacu, do Lugar de Monte-mor, o Novo da América, no Ceará, que foram transferidos para Portalegre estavam registradas cabeças de vaca, bois, cavalos e cabras.⁴⁴ No entanto, como a transferência dos índios só ocorreu em 1763, quando se preparava a criação da Paróquia de N.ª Sr.ª da Conceição e de São João Batista, esse gado foi remetido para a nova Vila de Portalegre com ordem para a sua distribuição já diminuído.⁴⁵

Porém, o Vigário de Montemor, Agostinho de Souza Pacheco, que recebera a ordem da partilha e assinara a declaração de recepção, informou que a mesma não poderia ser feita:

*“Aos 16 de maio de 1761 tomei entrega do gado que pertence à N.^a Sr.^a e o que pertence ao Rev. Vigário, e **como não haviam tantos bois**, para complemento da conta que se dispõem no Mapa retro, **houvera então para bem dar mais vacas que bois**, sendo assim [distribuído] abaixo o que recebi.*

Gado de N.^a Sr.^a

Bois _____ 20

Vacas _____ 25

Gado do Rev. Vigário

Bois _____ 14

Vacas _____ 16⁷⁴⁶ (Grifo nosso)

Percebe-se um decréscimo acentuado da quantidade total de gado que foi inventariada e os que foram efetivamente partilhados. Esse decréscimo pode ser devido a falhas nas informações, na contagem ou mesmo no registro numérico. Pode também ser devido à morte de alguns animais.⁴⁷ Deve-se considerar que entre a entrega dos bens que os jesuítas fizeram aos padres seculares e Diretores em fins de junho de 1759 e a partilha efetiva deles, que só ocorreu entre abril e maio de 1761, muito tempo se passou dando margens às falhas e mortes.

Na pesquisa sobre a construção da Igreja, foi encontrado o Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, que servia como Livro de Capítulos para as Visitas Pastorais (que hoje consta do acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Natal), onde eram registradas as observações gerais dos Visitadores e aquilo que deveria ser providenciado pelo Vigário no tempo futuro. Na Serra do Regente ou de Santana para onde tinha sido transferida a população, havia uma capela que ficou sendo o centro religioso da nova Vila⁴⁸, mas em 1765 o primeiro Vigário da nova Freguesia solicitou, em nome da comunidade, a autorização para a construção da nova igreja matriz.⁴⁹ Informou que os índios moradores iriam enfrentar a obra “...da fundação do edifício até seu último remate e complemento com o seu trabalho corporal, o que somente podem prestar por serem sumamente miseráveis...”⁵⁰ Para custear as despesas havia o gado que havia ficado da Missão, além de contarem com o dote e patrimônio que o Rei dava para a construção das novas igrejas.

Em 1768, no entanto, nada havia sido feito, e o Visitador P.^o Ignácio de Araújo Gondin determinou ao Pároco “...fazer que se dê princípio a obra da Igreja, da qual há tanta necessidade, porque com a falta da nova igreja estão se destruindo as sagradas imagens que pela sua perfeição se deve tratar com maior asseio...”⁵¹

A dificuldade maior para se iniciar a obra era a falta de verbas e para o Visitador a solução estava na cobrança do dinheiro pertencente à antiga Missão que havia sido guardado com o Diretor da Vila, José Gonçalves da Silva, e com o criador do gado da Igreja, além de se contar com o trabalho compulsório dos índios, conforme se vê nas suas determinações ao Pároco:

*E porque os paroquianos estão obrigados a concorrer com esmolas para a obra da sua Paroquial Igreja e a maior parte dos desta Paróquia são índios misérrimos e paupérrimos, e só podem concorrer para a dita obra com as suas pessoas ajudando ao trabalho; o Pároco pedirá cada semana ao Diretor certo número deles para que*⁵²

Contudo, durante as visitas pastorais seguintes, o mesmo ponto foi constante nas determinações dos Visitadores: a necessidade de se terminar a igreja. Em 1775, o Visitador P.^o Alexandre Bernardino dos Reis recomendou ao Pároco que “...não se descuide de aplicar ao Diretor desta Vila para dar princípio a nova Igreja, que fará grande serviço a Deus.”⁵³ Em 1779, o Visitador P.^o Joaquim Monteiro da Rocha deixou registrado que o Pároco “...deve continuar no trabalho aplicando aos seus fregueses com eficácia na citação da Missão Conventual a que dêem princípio a Igreja nova como fiel e muito zeloso operário dela.”⁵⁴ Em 1792, a igreja ainda estava em construção, conforme observação do Visitador P.^o Dionísio de Souza Bandeira:

*...o Reverendo Pároco deve com toda a diligência cuidar na nova Matriz pela indecência com que se acha a antiga e socorrer à Junta do Erário de Pernambuco para auxiliar a despesa da Capela-mor, e para o corpo da Matriz aplicará o que tem em si de fábrica como consta no termo de contas e algumas esmolas dos seus paroquianos, que todos devem concorrer conforme as suas posses e no enquanto mande forrar a capela-mor, inda que seja de pano para com mais decência se celebrar o Santo Ofício da Missa, e um estradinho para o altar.*⁵⁵

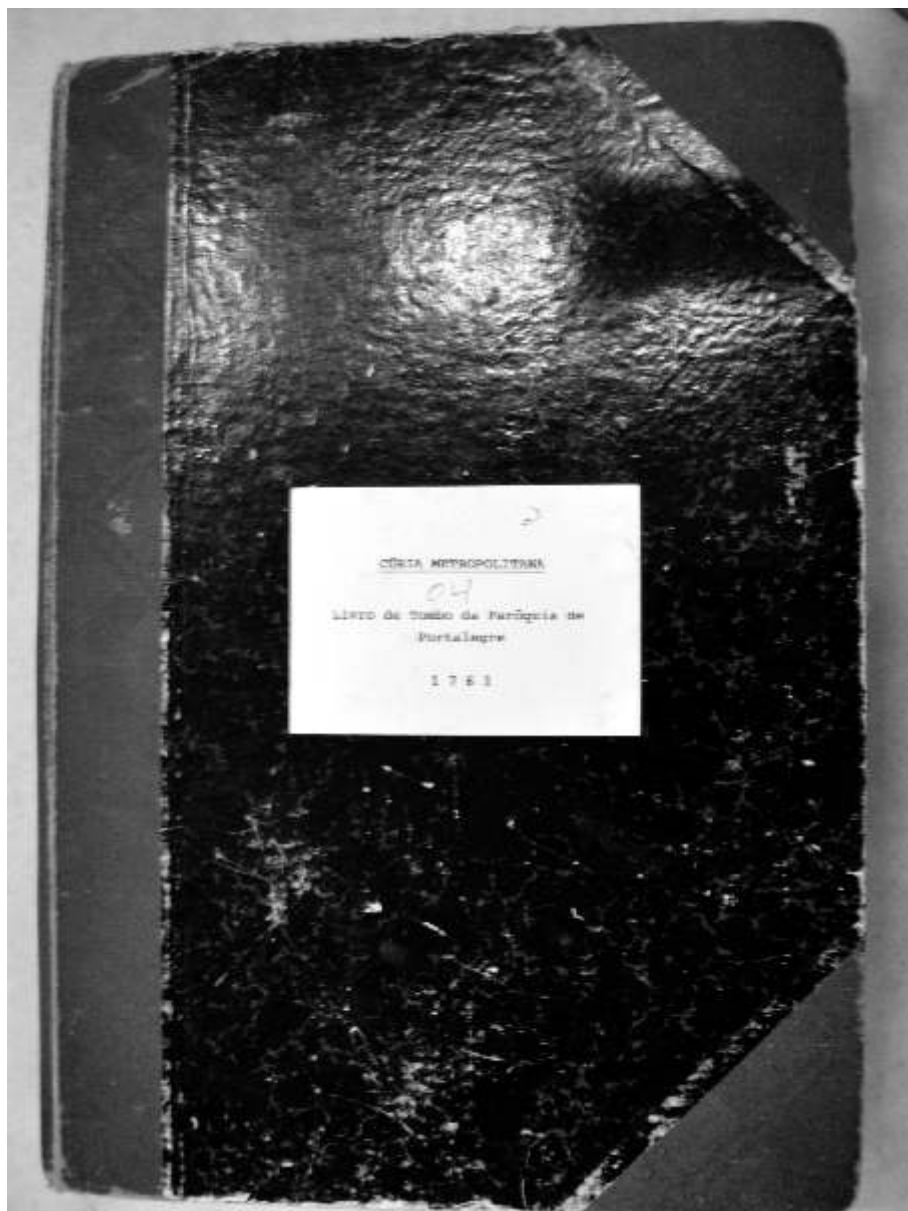


Figura 3 Livro de tombo da Paróquia de Portalegre

FONTE: Arquivo da Cúria Metropolitana de Natal (ACMN).

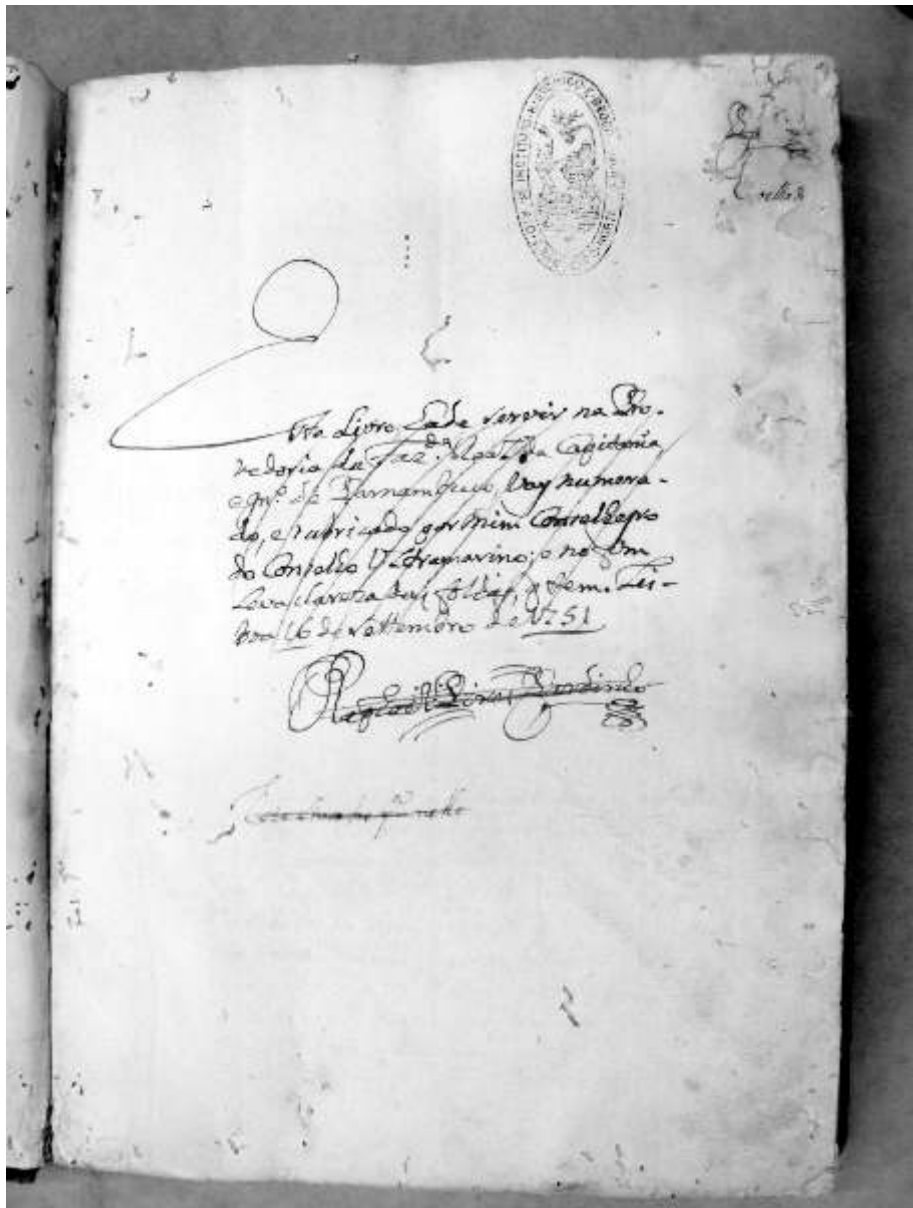


Figura 4 Página de abertura do Livro de tombo da Paróquia de Portalegre
FONTE: Arquivo da Cúria Metropolitana de Natal (ACMN).

Contudo, a construção se delongou por anos e a lentidão da obra foi objeto de críticas e admoestações de todos os Visitadores que reputavam a culpa da demora à indolência dos índios e à sua falta de interesse nas coisas da Igreja. Ainda em 1806, o Visitador Pe. Antônio José Álvares Carvalho, recomendava que o Pároco pedisse a interferência de autoridades superiores para a continuação das obras: *“O Reverendo Pároco dará parte ao Capitão-Mor Governador desta capitania do estado de ruína a que está sua Igreja, para que faça os índios trabalharem na ereção material dela, implorando os auxílios e socorros aos moradores da serra que não deixarão de concorrer para uma obra tão pia e necessária.”*⁵⁶

Sobre a Casa de Câmara e Cadeia não encontramos informações na documentação primária consultada, mas, ao que parece, seguiu o padrão de construção das Casas de Câmara e Cadeia vigente, conforme se percebe na planta da Casa de Câmara de São José do Mipibu.

Da mesma forma, se verifica a criação da Vila a partir de sua praça principal onde se localizaram a Igreja, a Casa de Câmara e o Pelourinho, e a partir da qual se estabeleceram as casas nucleares de habitação dos índios e colonos. Na descrição da demarcação das terras do termo da Vila estão especificadas as medidas que foram seguidas pelo Juiz de Fora Castelo Branco para a construção das moradias das outras Vilas: 30/40 palmos de frente por 60 de comprimento, além dos cem de quintal, conforme arranjo semelhante ao praticado nas casas coloniais.

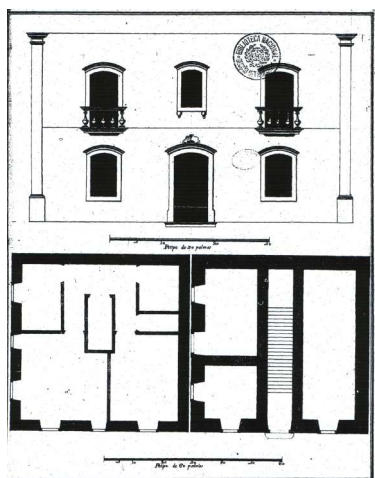


Figura 5 Planta Baixa da Casa de Câmara e Cadeia da Vila de São José – 1762
FONTE: LOPES, Fátima M. Em nome da liberdade. Anexos.

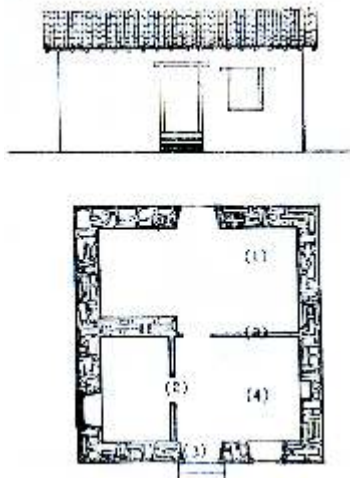


Figura 6 Exemplo de planta de casa colonial modesta
FONTE: LOPES, Fátima M. Em nome da liberdade. Anexos.

Caminhos e datas do Juiz de Fora Miguel Carlos Castelo Branco:

Meados de abril de 1760 – partida de Recife.

13 de maio – em Apodi, editando o Edital de transferência para 12 de junho.

19 de maio – na Serra do Vale, transferindo os Pega para São José de Mipibu.

Início de junho – venda das terras do Pega.

19 de junho – estava na Matriz do Piancó, encaminhando índios para o Apodi.

10 de julho – acontecia a Mostra das Companhias de Índio na Missão de Apodi, na presença do Frei Fidélis de Partana e o Capitão-Mor do RN.

15 de julho – (carta ao Gov. de PE) estava no **Assu**, reunindo os Caboré para enviar ao **Apodi**; buscava Mestre Escola, Mestres de Ofícios e Diretor para o Apodi; quando ia erigir a Missão de Apodi em Vila de Portalegre, o Diretor indicado sugeriu irem para a Serra do Martins, pede que o Governador e o Bispo decidam; decide ir pessoalmente ao Recife.

8 e 9 de agosto – estava no caminho para Recife, estava no Rio Meriri, Mamanguape, capturando os Pega que haviam fugido de Mipibu.

11 de agosto – o Diretor José Gonçalves estava na **Missão de Apodi**.

24 de agosto – reunião entre o Juiz de Fora, o Gov. de PE e o Bispo em Recife. Para resolver para onde seriam enviados os índios da Missão de Apodi; resolvem manda-los para a Serra de Martins. Depois disso, o Juiz de fora retorna ao sertão.

25 de agosto – o Diretor José Gonçalves informa o Gov. de PE o número de casais da Missão de Apodi.

27 de setembro – os moradores da Serra de Martins pedem que os índios não sejam transferidos para lá.

28 de setembro – Juiz de Fora em Apodi, fazendo a Devassa sobre s índios Pega, sendo testemunha o Diretor José Gonçalves, **assistente na Aldeia onde é Diretor**.

20 de outubro – Juiz de Fora começava a demarcação das terras da Serra do Regente.

08 de dezembro – estava criando a Vila de Portalegre.



Figura 7 Carta topográfica do Governo de Pernambuco e suas anexas – 1766

FONTE: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/Direção de Serviços de Engenharia. Mapoteca. Doc. 4586-3-38-5. “Carta topográfica aonde se compreende as Capitánias de que se compõem ao presente Governo de Pernambuco oferecida ao Imo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1766” (por José Gonçalves da Fonseca).



Figura 8 Detalhe da Vila de Portalegre

FONTE: LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. fls 700. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Anexos, mapa 4, p. 48.

NOTAS

¹ *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, Manaus, v. 3, n. 4, jan./dez. 1984, p. 124-25: Alvará em forma de Lei, 17/08/1758; NAUD, Leda Maria Cardoso, Documentos sobre os índios brasileiros (1500-1822). *Revista de Informação Legislativa*, v. 7, n. 28, p. 469-470, 1970: Alvará em forma de lei de 8 de maio de 1758; IHGB, Lata 285, Pasta 1, fl. 15-18v.: Carta Régia de expulsão dos jesuítas ao Governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 18/08/1758; APEJE-PE, Ordens Régias, livro 10, fl. 141-2: Carta Régia ao Governador de Pernambuco, 14 de setembro de 1758.

² *Revista do Instituto do Ceará*, n. 43/44, 1929/30, p.11-113: Carta da Rainha Regente ao Bispo de Pernambuco, em 14/09/1758. A Rainha exercia a regência em razão do atentado sofrido pelo Rei, D. José I, em 3 de setembro.

³ Cf. em BARATTA, José do Carmo, Cônego. *Historia ecclesiastica de Pernambuco*, p. 42-44 e 54.

⁴ BOSCHI, Caio. Ordens religiosas, clero secular e missionação no Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*, v. 3, p. 307.

⁵ AHU, cód. 583, fl. 45-46v., Ofício do Secretário de Estado ao Governador de Pernambuco sobre a criação das novas vilas, em 17/07/1760.; Cópia na BNRJ – II-33,6,13, doc. 63.

⁶ IHGB, Arq. 1.1.14, fl. 233-244v., Ofício do Governador de Pernambuco ao Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em ³1/01/1761.

⁷ AHU, cód. 1919, fl. 316-322v., Relação das Aldeias em que vai o Dr. Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, por ordem de S. M. F. dar nova forma de Vilas..., 1761.

⁸ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.30-30v., Carta do Governador de Pernambuco aos Provedores da Fazenda Real das Capitanias anexas, 26/4/1761.

⁹ BNRJ – I-12,3,35, fl. 29v-30, Carta do Governador de Pernambuco aos Comandantes dos Distritos Militares das Capitanias anexas, 26/4/1761.

¹⁰ AHU, cód. 1919, fl. 316-322v., Relação das Aldeias em que vai o Dr. Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, por ordem de S. M. F. dar nova forma de Vilas..., 1761.

¹¹ AHU–PE, cx. 98, doc. 7678, Ofício do Ouvidor Geral Bernardo Coelho da Gama e Casco ao Secretário de Estado, em 02/08/1762. Anexo 2: Ofício do Governador de Pernambuco ao Ouvidor Geral Bernardo da Gama e Casco, em 17/05/1759. Cf. também BOSCHI, Caio. *Op. cit.*, p. 308.

¹² AHU–PE, cx. 81, doc. 6743, Requerimento dos donos de engenho para prenderem os índios, mulatos, negros e gente vadia que cortavam madeiras, em 16/05/1756.

¹³ AHU–PE, cx. 96, doc. 7565, Ofício do Governador de Pernambuco ao Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 31/08/1761. Informara que no dia 2 de abril o Juiz de Fora estava pronto e que partira logo a seguir; BNRJ – I-12,3,35, fl. 69v.-70, Carta do Governador de Pernambuco ao Capitão-Mor do Rio Grande, Joaquim Félix de Lima, em 18/06/1761. O Capitão-Mor informara em carta de 19 de maio que o Juiz de Fora estava na diligência de fazer as Vilas no Rio Grande, mas já havia estado na Paraíba.

¹⁴ Cf. em LOPES, Fátima M. *Índios,colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, p. 185.

¹⁵ AHU–PE, cx. 96, doc. 7565, Ofício do Governador de Pernambuco ao Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 31/08/1761. Contém os mapas de reunião dos índios dispersos do Açu e Piancó.

¹⁶ Idem.

¹⁷ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.135v.-136, Carta do Governador de Pernambuco ao Juiz de Fora sobre vários assuntos particulares, a respeito dos novos estabelecimentos que está encarregado, 2/11/1761.

¹⁸ BNRJ – I-12,3,35, fl. 87-88, Termo sobre o que se há de seguir o Dr. Juiz de Fora a respeito dos novos estabelecimentos e o mais que nele contém, em 24/08/1761.

¹⁹ IHGB, Arq. 1.1.14, fl. 274v.-277v., Ofício do Governador de Pernambuco ao secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 31/08/1761.

²⁰ IHGB, Arq. 1.1.14, fl. 274v.-277v., Ofício do Governador de Pernambuco ao secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 31/08/1761.

²¹ Idem.

²² BNRJ – I-12,3,35, fl. 87-88, Termo sobre o que se há de seguir o Dr. Juiz de Fora a respeito dos novos estabelecimentos e o mais que nele contém, em 24/08/1761.

²³ IHGB, Arq. 1.1.14, fl. 274v.-277v., Ofício do Governador de Pernambuco ao secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 31/08/1761.

²⁴ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.102-103, Petição dos moradores da Serra do Martins para que se não mude para ela a Missão do Apodi, e despacho nela proferido, 27/9/1761.

²⁵ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.135v.-136, Carta do Governador de Pernambuco ao Juiz de Fora sobre vários assuntos particulares, a respeito dos novos estabelecimentos que está encarregado, 2/11/1761.

²⁶ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.135v.-136, Carta do Governador de Pernambuco ao Juiz de Fora sobre vários assuntos particulares, a respeito dos novos estabelecimentos que está encarregado, 2/11/1761.

²⁷ MOTA, Nonato. Notas sobre a Ribeira do Apodi, *Revista do IHGRN*, v. 28-29, 1920-21, p. 63.

²⁸ IHGRN, LTPDD, n. 2, cópia 62, Carta do Capitão-Mor do Rio Grande, Joaquim Félix de Lima, ao Governador de Pernambuco, em 05/07/1761; e cópia 59, Edital que mandou fixar nesta Ribeira do Apodi e Matriz de Pau dos Ferros, o Capitão-Mor, Joaquim Félix de Lima, em 29/06/1761.

²⁹ IHGB, Arq. 1.1.14, fl. 274v.-277v., Ofício do Governador de Pernambuco ao secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 31/08/1761.

³⁰ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.136, Carta do Governador de Pernambuco ao Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, 8/11/1761.

³¹ Idem.

³² BNRJ – I-12, 3,35, fl.176, Relação do que se remeteu ao Dr. Juiz de Fora para a nova Vila que erigiu na Serra do Regente, a que denominou Vila Nova de Portalegre com o barco de que é mestre Francisco da Silva Neves, como consta da carta a fl. 135v-136, neste livro, [novembro, 1761].

³³ BNRJ – I-12, 3, 35, Fl. 74v. e 75, Relação e conta do que importavam os gêneros que por ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Luiz Diogo Lobo da Silva, fui encarregado e pus prontos e entregues para o estabelecimento das novas vilas, [julho de 1761].

³⁴ Apud. MOTA, Nonato. Notas sobre a Ribeira do Apodi. *Revista do IHGRN*, v. 28-29, 1920-21, p. 83-84.

³⁵ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 22-22v., Provisão do 1º Pároco da Vila de Portalegre de Índios, o Padre Antônio Coelho do Amaral, do hábito de São Pedro, dada pelo Bispo de Pernambuco, Francisco Xavier Aranha, 11/05/1764.

³⁶ BNRJ – I-12,3,35. Colado à fl. 191, Mapa Geral de todas as Vilas e Lugares que se tem erigido de 20 de maio de 1759 até o último de agosto de 1763, das antigas Aldeias do Governo de Pernambuco, 1763.

³⁷ AHU, ICON, D.1823, Mapa geral do que produziram as sete vilas e lugares que nele se declara...

³⁸ AHU-PE, cx. 95, doc. 7735, Processo dos autos de Devassa sobre as vilas de índios, post. 10/02/1763. Anexo: Cópia nº 5, Carta do Diretor da Vila de Portalegre, José Gonçalves da Silva, ao Juiz de Fora Miguel Carlos Castelo Branco, em 15/02/1763.

³⁹ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 99, 100 e 161. Registro dos recibos do gado e da fábrica de Montemor assinados pelo Diretor José Gonçalves da Silva.

⁴⁰ BNRJ – I-12,3,35. Colado à fl. 191, Mapa Geral de todas as Vilas e Lugares que se tem erigido de 20 de maio de 1759 até o último de agosto de 1763, das antigas Aldeias do Governo de Pernambuco, 1763.

⁴¹ BNRJ – I-12, 3, 35, fl.102-103, Petição dos moradores da Serra do Martins para que se não mude para ela a Missão do Apodi, e despacho nela proferido, 27/9/1761.

⁴² BNRJ – I-12,3,35. Colado à fl. 191, Mapa Geral de todas as Vilas e Lugares que se tem erigido de 20 de maio de 1759 até o último de agosto de 1763, das antigas Aldeias do Governo de Pernambuco, 1763.

⁴³ BNRJ – I-12,3,35, fl. 92v.-93v., Carta do Governador de Pernambuco ao Diretor de Portalegre, José Gonçalves da Silva, em 11/09/1761.

⁴⁴ AHU, cód. 1964, fl. 278-282v., Inventário dos bens da Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição da Missão dos Paiaçu, 18/01/1760.

⁴⁵ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 161, Recibo que fez o Ver. Vigário, Pe. Agostinho de Souza Pacheco, em 28/11/1760.

⁴⁶ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 100, Recibo do gado de Montemor, o Novo, assinado pelo Diretor José Gonçalves da Silva, 13/02/1763.

⁴⁷ AHU–PE, cx. 101, doc. 7853, Ofício do Bispo de Pernambuco, Francisco Xavier Aranha, ao Secretário de Estado, em 30/05/1764.

⁴⁸ BNRJ – I-31,20,19, “*Memória ou notícia histórica da criação da Villa do Apudy, na Província do Rio Grande do Norte*”, de Manoel Antônio de Oliveira Coriolano, em 06/05/1878. Segundo o autor, na Serra do Regente haveria a propriedade de Margarida de Freitas Nogueira, que construiu nela uma capela. As mesmas terras foram demarcadas para o termo da Vila de Portalegre.

⁴⁹ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 23v., Petição do Pe. Antônio Coelho do Amaral e todos os seus fregueses, principalmente os novos respúblicos, da Vila de Portalegre para ereção da Igreja, em 02/01/1765; Concessão da Licença para erigir a nova Matriz de sua freguesia com o título de N.ª Sr.ª da Conceição e São João Batista, debaixo do dote e patrimônio que S. M. F. dá todas as paróquias, em 02/01/1765. ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 24, Certidão de que foi lançada a pedra fundamental da Igreja pelo Cônego Visitador Manoel Garcia Velho do Amaral, em 06/01/1765.

⁵⁰ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 23v., Petição do Pe. Antônio Coelho do Amaral e todos os fregueses, principalmente os novos respúblicos, da Vila de Portalegre para ereção da Igreja, em 02/01/1765.

⁵¹ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 30-31, Visita do Visitador Pe. Ignácio de Araújo Gondin, em 09/09/1768.

⁵² Idem.

⁵³ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 37, Visita do Visitador Pe. Alexandre Bernardino dos Reis, em 02/08/1775.

⁵⁴ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 37v., Visita do Visitador Pe. Joaquim Monteiro da Rocha, em 31/07/1779.

⁵⁵ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 44v.-45, Visita do Visitador Pe. Dionísio de Souza Bandeira, em 22/05/1792.

⁵⁶ ACMN, Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, fl. 47-48, Visita do Visitador Pe. Antônio José Álvares Carvalho, em 16/10/1806.

Vila de Portalegre: notas para uma história

Denise Mattos Monteiro

No Rio Grande do Norte, o interesse daqueles que se dedicam a pesquisar a chamada História Local, entendida como a história de uma determinada cidade ou mesmo de uma microrregião, tem gerado a publicação de diferentes estudos. Esses estudos estão centrados, sobretudo, em cinco cidades, Natal, Caicó, Mossoró, Ceará-Mirim e Assu, o que pode ser atribuído à importância dessas cidades na História Urbana do Estado.

Entretanto, se pensarmos na produção de Histórias Locais como um caminho metodológico para o conhecimento de um recorte espacial mais amplo – a História Estadual -, ainda há muito a ser pesquisado pelos historiadores.

Nesse caminho metodológico, uma questão de natureza geográfica se impõe: a área denominada semiárido, ou como dizemos mais comumente o sertão, constitui a maior parte do território do Rio Grande do Norte. Isto quer dizer que um maior conhecimento sobre a história do Estado implica pesquisas e estudos sobre a economia, a sociedade, a política e a cultura sertanejas na sua trajetória no tempo.

O nosso desconhecimento sobre essas histórias locais, especialmente da área sertaneja, priva-nos de elementos fundamentais para uma melhor e mais profunda compreensão não apenas da História do Rio Grande do Norte, mas também da História Regional do Brasil. Esse é o caso da Vila de Portalegre, sobre a qual existem algumas esparsas, mas importantes referências historiográficas.

Nesse artigo, objetivamos sistematizar essas referências, buscando traçar algumas linhas sobre a história da Vila, no período compreendido entre sua criação, em 1761, e o levante indígena de 1825.

.....

A história da fundação da Vila de Portalegre parece ser única na história do Rio Grande do Norte, no sentido de ser emblemática sobre o lugar reservado para a população nativa – os indígenas – no processo colonizador.

As seis primeiras vilas da capitania foram criadas no século XVIII, mais especificamente na década de 1760. Dessas seis vilas, quatro haviam sido missões de aldeamento indígena, e se localizavam no litoral leste da capitania. As outras duas, a Vila de Portalegre, criada em 1761, e a Vila Nova da Princesa, atual cidade do Assu, criada em 1766, foram as únicas vilas existentes no sertão até o ano de 1788, quando foi fundada a Vila do Príncipe, atual cidade de Caicó. Mais de um século depois, em 1822, ano da Independência do Brasil, essas três vilas ainda eram as únicas existentes no sertão.

Como foi fundada a Vila de Portalegre?

No processo de colonização portuguesa, na capitania do Rio Grande, haviam sido implantadas cinco missões de aldeamento indígena, pertencentes a diferentes ordens religiosas. Dentre elas encontrava-se a Missão do Apodi, a primeira e única a se estabelecer no sertão, ao contrário das outras que se instalaram no litoral. Era composta, principalmente, por índios paiacu e foi fundada em 1700, por jesuítas, em meio às lutas que se travavam entre os conquistadores portugueses e os aguerridos indígenas do sertão, que resistiam à tomada de suas terras e à sua escravização pelos brancos, lutas essas denominadas “Guerra dos Bárbaros” pelos colonizadores.¹

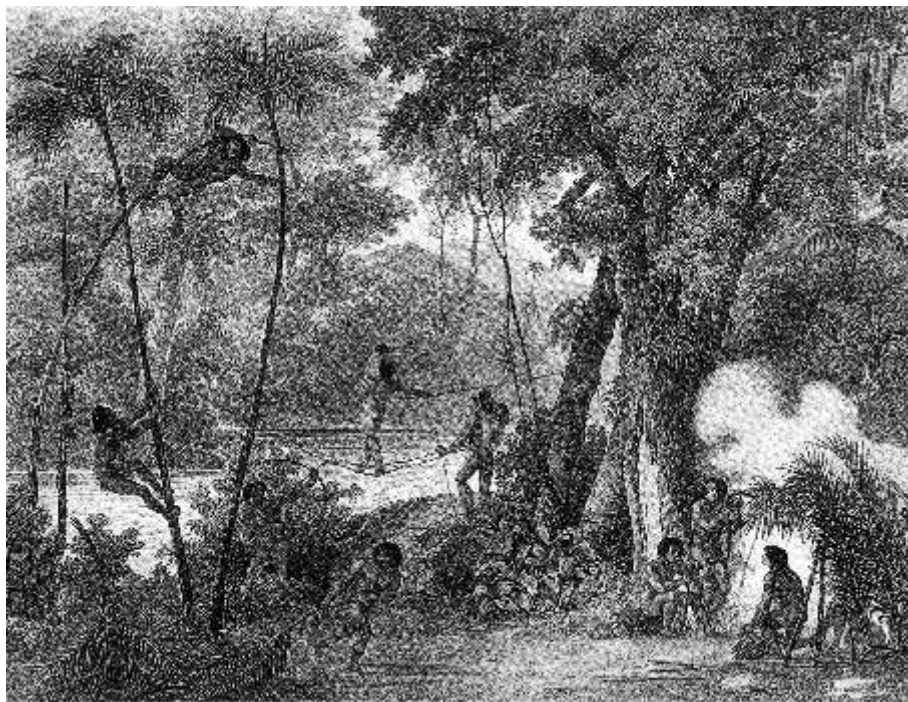


Figura 1 O modo de vida indígena foi destruído com o avanço da colonização.

(Crédito da ilustração: Desenho de Johan Moritz Rugendas, 1835. In: DIENER, Pablo. *A América de Rugendas: obras e documentos*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

A Missão do Apodi duraria, nessa primeira fase, somente até 1712. Os ataques de expedições de conquista – em busca de indígenas para serem vendidos como escravos – e de colonos em busca de mão de obra, além da catequese forçada, levaram à fuga de muitos de seus habitantes. Somente em 1734 a Missão seria refundada, dessa vez pela Ordem Religiosa dos Capuchinhos. Mas existiria somente até 1761, quando foi extinta pela coroa portuguesa a pedido dos criadores de gado locais, que acusavam os índios de roubo. É possível supor que por trás dessa acusação estivesse a inquietação reinante entre os colonos com a presença de indígenas que constantemente se rebelavam, e a cobiça desses colonos pelas terras desses últimos, sobretudo considerando-se o precioso manancial de água constituído por uma grande lagoa que se encontrava dentro das terras da Missão – a lagoa do Apodi.²

Extinta a missão, os indígenas que antes lá habitavam, sob a proteção de padres missionários, foram transferidos para uma Vila que se criava no mesmo ano de 1761, na serra do Regente, a Vila Nova de Portalegre. Numa *transferência compulsória e vigiada*³, dezenas de famílias, escoltadas por uma milícia e sob a autoridade de um Juiz de Fora do Recife, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, caminharam durante dias em direção à serra onde se situaria a Vila, a primeira a ser criada em todo o sertão da capitania. A quem caberia o trabalho braçal para a instalação desse núcleo populacional senão aos índios? Era necessário desbravar a mata e limpar o terreno para a demarcação de terras e o estabelecimento do traçado da Vila, onde seriam construídas as *instalações públicas [...] como a Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz*.⁴ Quem ergueria essas construções?

De acordo com LOPES (2005, p. 148-149),

*nesse momento, na Vila havia uma população indígena composta de 1805 pessoas [...]. Esta concentração populacional repentina, causada pelas transferências de diversos grupos [de índios] para atender aos interesses dos colonos e da colonização em si, trouxe dificuldades para obtenção de alimentos para a população indígena, no entanto, para o Governador de Pernambuco essas dificuldades eram **normais** [...] Para ele a causa da falta de alimentos não era a transferência que desestruturava produtivamente as comunidades e que exigia um tempo para que se produzissem de novo os alimentos necessários, mas sim o pouco caso que os missionários tinham em lhes **obrigar** a trabalhar na agricultura e à **natural** preguiça dos índios (o grifo é do texto).*



Figura 2 Para subir uma serra, os senhores também contavam com o trabalho de seus escravos

Autoria não identificada, 1816. In: MOURA, Carlos Eugênio Marconde de. *A travessia da Calunga grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil*(1637-1899). São Paulo: EDUSP, 2000. p. 328.

Os colonos, que se estabeleciam recebendo sesmarias, prosperaram com o cultivo de uma lavoura de exportação – o algodão, mas, também, de lavouras de alimentos, voltadas, ao que tudo indica, para o abastecimento de núcleos populacionais que iam se estabelecendo no sertão da capitania. Situada no alto de uma serra, gozando de um clima tropical quente e sub-úmido, com uma temperatura mais amena devido à altitude e contando ainda com várias fontes e “olhos d’água”, Portalegre estava numa situação privilegiada para a produção de farinha, milho, feijão e frutas. Mas, provavelmente, produzia também a cana-de-açúcar que, beneficiada em pequenos engenhos chamados “engenhocas”, se transformava em rapadura e aguardente para o consumo interno da capitania, o que era comum em núcleos de povoamento no sertão, especialmente aqueles localizados nas serras.

A produção e o comércio da Vila, porém, enfrentavam as dificuldades de transporte impostas pelas condições naturais: as tropas de animais, que conduziam as cargas, tinham que subir e descer a serra, a mais de 700 m de altitude, por caminhos de difícil trânsito, especialmente no período das chuvas.⁵

Foi o cultivo do algodão, estimulado pela fome de matéria-prima das fábricas têxteis inglesas, que levou à compra de escravos negros pelos donos de terras. Em 1805, na capitania do Rio Grande, haviam 5.768 escravos, o que correspondia a 11,7% da população total. A estreita faixa litorânea leste dos canaviais concentrava, aproximadamente, 40% desse número, enquanto que os 60% restantes encontravam-se dispersos pelos núcleos de povoamento de todo o interior da capitania. No litoral, a cidade do Natal e as Vilas de São José do Mipibu e de Extremoz, somavam juntas 2.114 escravos, enquanto a Vila de Arez e Vila Flor, 200. No sertão, a Vila do Príncipe (atual Caicó) contava com 452 escravos; a vila de Portalegre e as povoações do Apodi e Pau dos Ferros, com 1820; e a Vila da Princesa (atual Assu) com 1.182 escravos.⁶

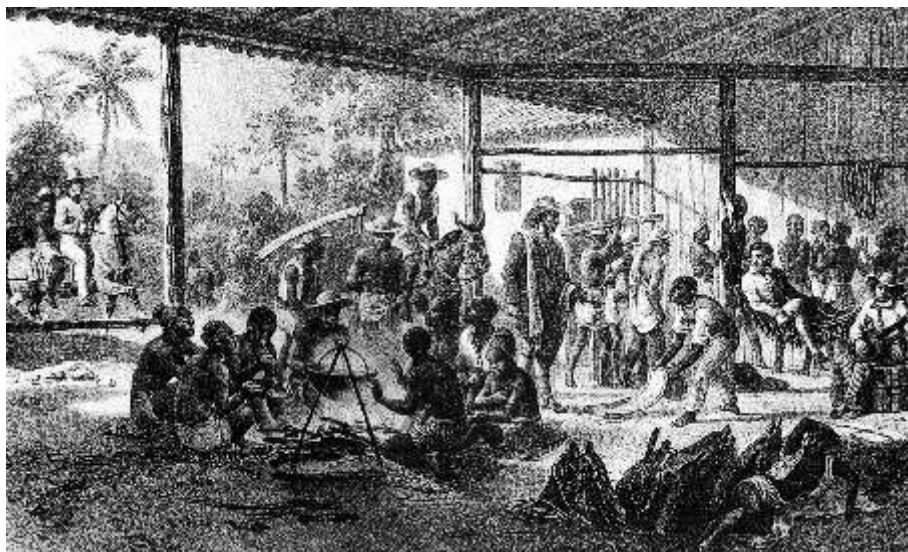


Figura 3 Os comboios de escravos conduziam mão de obra para as fazendas

FONTE: Desenho de Johan Moritz Rugendas, 1835. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Op. cit.*, p. 451.

A prosperidade e importância da Vila de Portalegre no início do século XIX são atestadas pela participação, direta ou indireta, daqueles que constituíam sua elite – as famílias dos senhores de terras e escravos – nos movimentos políticos das capitanias/províncias do Norte do Império, no primeiro quartel do século XIX: o Movimento de 1817, as lutas pela Independência do Brasil e a Confederação do Equador.

O Movimento de 1817 foi uma rebelião política exclusiva de capitânicas da região que hoje denominamos Nordeste, e envolveu mais decisivamente as capitânicas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, esta última centro do Movimento. Sob a influência de ideais das lutas pela Independência dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa, opunha-se ao sistema colonial português, propondo a independência das capitânicas da região, sob a forma republicana de governo.

Quando André de Albuquerque Maranhão tomou o governo de Natal e instalou uma Junta Provisória de Governo, por ele presidida, foi apoiado por proprietários de vários pontos da Ribeira do Apodi, que, reunidos na Vila de Portalegre, decidiram dar seu apoio à Junta.

Com o fim do Movimento em Natal, em consequência da repressão portuguesa, forças paraibanas comandadas por David Leopoldo Targini estabeleceram, na Vila de Portalegre, uma nova Junta Provisória de Governo, que subsistiu por nove dias, antes de ser também reprimida.⁷ Encerrado o Movimento, alguns grupos armados continuaram atuando na Ribeira do Apodi.⁸

Em 1821, em meio às lutas pela independência do Brasil, novamente a elite da Vila de Portalegre se faria presente na cena política. Nesse ano, os vereadores da Câmara dessa Vila, juntamente com aqueles das Câmaras das Vilas do Príncipe (Caicó) e da Princesa (Assu), todas localizadas no sertão, negaram-se a reconhecer o Governo Temporário que, representando o Príncipe Regente D. Pedro, havia se estabelecido na Capitania do Rio Grande.

Três anos depois, em 1824, portanto após a Independência do Brasil, eclodiu um movimento político denominado Confederação do Equador, reunindo as províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A Confederação, cujo centro foi mais uma vez Pernambuco, retomava os ideais do Movimento de 1817, mas no contexto das lutas contra a tendência absolutista de D. Pedro I.

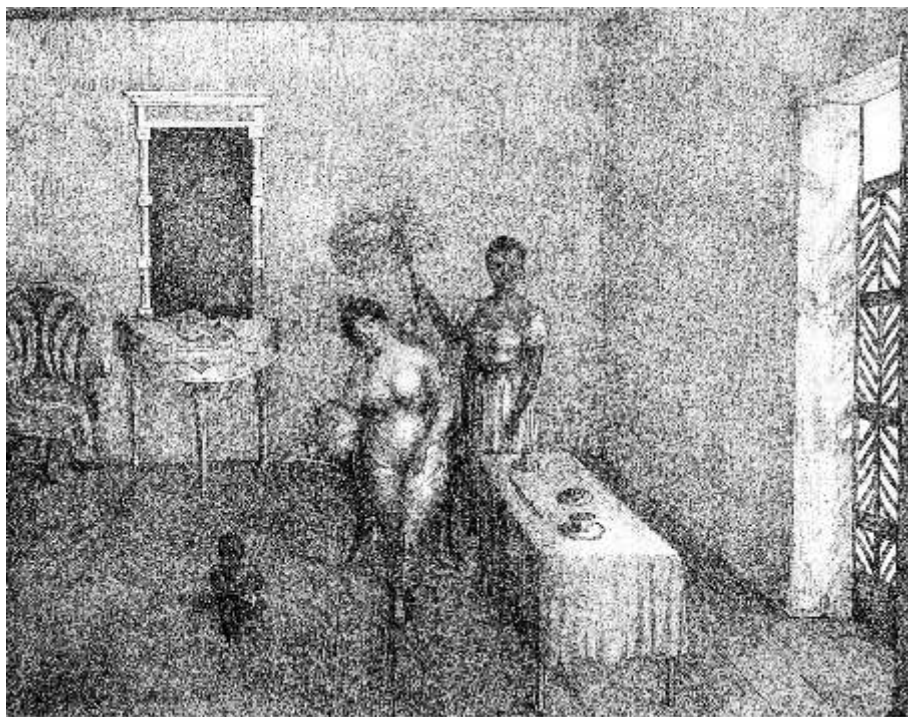


Figura 4 A atividade política era exclusivamente masculina

FONTE: Desenho de James Henderson, 1821. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Op. cit.*, p. 362.

Considerando-se os antecedentes de participação política da elite da vila de Portalegre, é bastante provável que alguns de seus membros mantivesse articulações com os confederados, ou pelo menos lhes desse apoio. Pistas nesse sentido estão contidas no relato do itinerário da Divisão Constitucional do Equador, um verdadeiro diário de guerra, redigido por Frei Caneca.⁹

Essa tropa confederada escapou do cerco de Recife pelas forças monarquistas que reprimiram a rebelião. Inicialmente, *a força toda, entre os soldados de primeira e segunda linha, guerrilhas e paisanos com famílias, montou quase 3 mil pessoas*.¹⁰ Não aceitando a capitulação imposta pelo exército imperial, ela atravessou sertões de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte em direção ao Ceará, travando batalhas contínuas, até sua rendição nessa última província.

No Rio Grande do Norte, a tropa confederada passou pela Vila do Príncipe e pela povoação de Pau dos Ferros. Frei Caneca escreveu em seu relato:

No dia 11 [de novembro de 1824]

*saímos de madrugada, e com uma jornada de três léguas e meia fomos jantar a São João; no meio do caminho tomamos um **calhambola** [quilombola] por nome Eugênio Gomes, desertor de um batalhão de Pernambuco, o qual nos deu algumas informações dos negócios do Ceará. Depois de jantarmos, andando légua e meia, dormimos no campo. Aqui nos apareceu para se reunir a nós Manuel Fernandes Portalegre, cunhado de David Leopoldo.¹¹ (o grifo é do texto).*

Mas forças da Vila de Portalegre também participaram dos combates contra a Divisão Constitucional do Equador:

Nesta jornada, que foi no dia 9 [de novembro de 1824], houve muita demora por causa de animais para bagagem; e quando havíamos marchado légua e meia, chegando ao riacho onde se tinha entricheirado o inimigo, cuja tropa era combinada com gente de Portalegre com quatro companhias do Rio do Peixe em número de 600 a 800 homens [...] encontramos inesperadamente um fogo vivíssimo; porém a coragem de nossa tropa tudo venceu, foram os inimigos batidos e dispersados, deixando nove mortos e todo o seu trem, constante de cavalos, selas e dez cargas de farinha, carne etc. Neste ataque tivemos dez feridos. O inimigo debandou-se por um serrote.¹²

Onze anos depois da passagem dos Confederados pelo oeste da província do Rio Grande do Norte, o presidente da província, Quaresma Torreão, registrava que *quarenta homens, que são outros tantos salteadores, tendo a testa o criminosos Sampayo, pretenderam perturbar o sossego dos irmãos de Portalegre, mas foram rechaçados e perseguidos.*¹³ Seria esse grupo um vestígio dos combates travados na passagem da Divisão Constitucional do Equador?

Em meio às lutas políticas no longo processo de descolonização do Brasil, os senhores de terras e escravos da Vila de Portalegre estiveram envolvidos também nas lutas sociais internas à Vila.

Tratava-se uma sociedade altamente hierarquizada, em cujo ápice estavam os sesmeiros e seus descendentes, os chamados “homens bons” do período colonial, aos quais cabia o monopólio do poder local em suas diferentes formas. Entretanto, eles eram em pequeno número, relativamente, quando observada a população da Vila. É o que podemos constatar no mapa da população da capitania, mandado fazer pelo Capitão-Mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, referente ao ano de 1805.¹⁴ Nesse ano, a população de Portalegre

somava um total de 1.017 habitantes, dos quais 262 eram brancos, 255 mulatos, 100 pretos e 400 índios.¹⁵ Os brancos constituíam, portanto, 25,7% do total da população, enquanto os índios, os pretos e os mulatos juntos somavam 74,2%.



Figura 5 Em muitas casas de farinha também trabalhavam escravos negros.

FONTE: Desenho de Johan Moritz Rugendas, 1835. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Op. cit.*, p. 458.

Nessa grande maioria de não brancos encontravam-se os escravos, mas também os homens livres, pobres e mestiços, excluídos do acesso à terra pelo sistema sesmarial. Eram jornaleiros (trabalhando por diária ou acordando serviços mediante uma remuneração em dinheiro), meeiros (trabalhando em terra alheia em troca da entrega de parte da colheita), artesãos (como ferreiros, pedreiros, sapateiros) e vaqueiros; mas também existiam os “vadios e mendigos”, de acordo com as autoridades.¹⁶

Os indígenas de Portalegre, que haviam dado origem à Vila, em 1761, viviam marginalizados e explorados, em situação de conflito permanente com os colonos.

Nas palavras de GUERRA (1982, p.30-31), *não tiveram os índios do Apodi um destino feliz na sua nova e estranha aldeia. A Câmara Municipal de Portalegre destinou aos índios que acabavam de chegar na localidade terras improdutivas, reservando os melhores terrenos para os moradores do lugar.*

Este ato provocou protestos por parte dos novos habitantes de Portalegre, gerando, daí em diante, forte rivalidade entre índios e moradores da vila. A exaltação dos ânimos resultou em lutas sangrentas, nas quais se perderam vidas. Após o ataque dos índios à Vila de Portalegre, a população local desencadeou terrível perseguição aos indígenas, que há pouco haviam chegado àquela localidade.

No ano de 1825, esse longo conflito teve um desfecho trágico, mas, sobretudo, revelador do longo processo de desocupação da terra de seus habitantes nativos para sua ocupação pelos colonos portugueses e seus descendentes, processo esse iniciado com as primeiras expedições colonizadoras ao sertão, no final do século XVII.



Figura 6 O domínio das armas de fogo foi decisivo nas lutas entre os colonizadores e a população nativa

FONTE: Desenho de Johan Moritz Rugendas, 1835. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Op. cit.*, p. 453.

Esse desfecho foi assim narrado por um historiador da primeira metade do século passado:

Em 1825, voltaram dos cárceres da Bahia, o Coronel de Milícia José Francisco Vieira de Barros e seus companheiros de infortúnio. Aquele chegando a Portalegre, encontrou a Serra anarquizada e a cadeia cheia de presos. Informado de que a causa da anarquia que ali reinava era ter a Câmara Municipal aforado os terrenos dos índios, e na ausência deles queimado suas palhoças, mandou soltar todos os presos e aforar os terrenos aos mais exaltados. Julgava Vieira de Barros, que, com isso, serenava a ira daqueles selvagens, e que voltaria a paz que todos almejavam.

*Uma manhã, os índios reuniram-se, atacaram a Vila de Portalegre, travando luta com os moradores, da qual resultou a morte do delegado de polícia, Capitão Bento Inácio de Bessa e o suicídio do Coronel Vieira de Barros. Restabelecida a ordem, foram os índios presos e algemados, seguindo escoltados para a cadeia da cidade de Natal. Ao chegarem ao pé da Serra, entre o sítio **Viçosa** e a Vila de Portalegre, levantaram uma grande cruz e depois de rezarem um terço, foram os prisioneiros passados pelas armas.*

*Foram autores de tão horrível carnificina, entre outros, Antônio Bezerra, Florêncio de Albuquerque, Antônio Caboba e Joaquim Cavalcante. Quem viajar entre o sítio **Viçosa** e Portalegre, verá próxima à estrada a cruz e as sepulturas daqueles que foram os primeiros povoadores deste sertão. Os criminosos nada sofreram, e o resto dos índios, inclusive as famílias das vítimas, retiraram-se para os centros dos Cariris, e não voltaram mais.¹⁷ (o grifo é do texto).*

Esse episódio de 1825 talvez tenha sido o último capítulo da luta da resistência indígena no sertão do Rio Grande, resistência essa que havia se iniciado na década de 1680, portanto, mais de um século antes. Por sua importância não apenas para a história indígena, mas também para a história das lutas pela terra no Brasil, o levante de 1825 aguarda que historiadores a ele dediquem trabalhos de pesquisa.

NOTAS

¹ Segundo o que se depreende da documentação colonial, os índios Janduí e Paiacu teriam sido os que mais resistiram à colonização.

² GUERRA, V. de B. *Apodi no passado e no presente*. 2. ed. Apodi:[s.n], 1982, p. 27 (Coleção Mossoroense, v. 102)

³ LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. Doutorado (Tese) – UFPE, Recife, 2005, p. 144.

⁴ LOPES, F. M. *Op. Cit.*, p. 139.

⁵ Mais de um século depois, em 1910, num levantamento feito pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sobre as condições da agricultura nos municípios do Rio Grande do Norte, as estradas de Portalegre foram descritas como “caminhos mal cuidados” (Ver: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. *Questionário sobre as condições da agricultura dos municípios do estado do Rio Grande do Norte*. Inspetoria Agrícola do 6º. Distrito. Inspecionados de 14 de junho de 1910 a 12 de dezembro de 1912. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913, p. 92).

⁶ Fonte dos números: Carta do Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque ao príncipe regente (D.João), remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitavam de novas Companhias de Ordenanças, datada de 31 de dezembro de 1806 (*Projeto Resgate da Documentação Histórica Barão do Rio Branco*, Rio Grande do Norte, 1 CD-Rom, Cx. 9, D. 623), e Ofício do Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, José Rodrigues de Sá e Melo, remetendo o mapa da população, ocupação e produção da capitania, acompanhado de observações circunstanciais, datado de 15 de abril de 1807 (*Projeto Resgate da Documentação Histórica Barão do Rio Branco*, Rio Grande do Norte, 1 CD-Rom, Cx. 10, D. 629).

⁷ Essa Junta Provisória de Governo em Portalegre era constituída pelo vigário José Barbosa Cordeiro, o sargento-mor José Francisco Vieira de Barros, o tenente-coronel Leandro Francisco de Bessa, o capitão Manuel Joaquim Palácio e o tenente Philippe Bandeira de Moura, todos membros do Corpo de Ordenanças (forças militares coloniais) da Vila de Portalegre (LYRA, Augusto Tavares de. *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil* (Comemorativo do primeiro centenário da Independência). Rio de Janeiro: IHGB: Imprensa Nacional, 1922. V.2: Estados. *Estado do Rio Grande do Norte*, p. 589.

⁸ No Rio Grande do Norte, 29 pessoas foram acusadas de envolvimento na rebelião, a elas somando-se 13 pessoas que, atuando em outras Capitânias, se envolveram no Movimento de 1817 no Rio Grande do Norte. Desse total de 42 pessoas, 8 foram perdoadas; 2 foram presas e enviadas ao Recife, mas inocentadas; o restante delas foi mandado para os cárceres da Bahia, e ,os que sobreviveram, foram soltos em 1821. Ver: LYRA. Augusto Tavares de. *Op. cit.*, p. 589-595.

⁹ Frei Joaquim do Amor Divino Caneca era pernambucano e pertencia à Ordem dos Carmelitas. Participou do Movimento de 1817, o que lhe custou 4 anos de prisão. Tornou-se, depois, a mais conhecida figura histórica da Confederação do Equador, devido aos seus escritos políticos.

¹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. (Organização e Introdução). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 576.

¹¹ FREI JOAQUIM DO AMOR DIVINO CANECA. *Itinerário que fez frei Joaquim do Amor Divino Caneca, saindo de Pernambuco a 16 de setembro de 1824, para a província do Ceará Grande*. IN: MELLO, E. C. de. *Op.*, cit., p. 591.

¹² FREI JOAQUIM DO AMOR DIVINO CANECA. *Op. cit.*, p. 590.

¹³ QUARESMA TORREÃO. *Falla do presidente de província na abertura da Assembleia Provincial de 2 de fevereiro de 1835*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2001, p. 21.

¹⁴ Fonte dos números: ver nota 6.

¹⁵ Na capitania do Rio Grande, as vilas com maior porcentagem de indígenas eram, em ordem de importância: Extremoz (1886 indivíduos), São José (913), Arez (755), Portalegre (400) e vila Flor (373).

¹⁶ Para uma História Agrária do Rio Grande do Norte, ver MONTEIRO, Denise Mattos. *Terra e trabalho na História: estudos sobre o Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2008; especialmente o capítulo 1: Terra e trabalho em perspectiva histórica: em exemplo do sertão nordestino (Portalegre – Rio Grande do Norte).

¹⁷ NONATO MOTA. Notas sobre a Ribeira do Apodi. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, v. 18/19, n. 1/2, 1920-1921, citado por GUERRA, V. de B. Op. cit., p. 31-32.

O número de índios presos, e em seguida fuzilados, foi 70. Ver: Ofício de 30 de março de 1825 do presidente de província, Manuel do Nascimento Castro e Silva, ao Brigadeiro Lima e Silva, transcrito por ROCHA POMBO. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert; Porto: Renascença Portuguesa, 1922, p. 308-309.

Segundo, MEDEIROS FILHO, Olavo. *Ribeiras do Assu e Apodi: notas para a sua história*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2003, p. 124, o levante indígena de 1825 foi chefiado pelo cacique João do Pega, e o fuzilamento ocorreu no dia 3 de novembro desse mesmo ano. Note-se que os Pegas eram um dos grupos indígenas do sertão.

Deve ser registrado que o presidente de província Manoel de Assis Mascarenhas, referindo-se aos índios da província, em 1839, afirmou que eles existiam apenas nos *municípios de Extremoz, S. José, Vila Flor e Goianinha*. (Relatório de 7 de setembro de 1839, p. 139.

José Francisco Vieira de Barros, como vimos, aderira ao Movimento de 1817 e fizera parte da Junta Provisória de Governo da Vila de Portalegre. Foi preso em 17 de junho de 1817. Entre outras coisas, ele foi *acusado pelo Governo do Ceará de haver espalhado cartas incendiárias naquela Capitania* (LYRA, A. T. Op. cit., p. 589). Condenado pelas autoridades que representavam a Coroa portuguesa, permaneceu preso por 4 anos nos cárceres da Bahia, tendo sido solto em 1821. Regressando a Portalegre, reassumiu seu lugar no Regimento de Milícias da Vila. Teria o Cel. Vieira de Barros tentado fazer justiça aos índios? O trágico desfecho da rebelião indígena estaria relacionado com seu suicídio? É interessante observar que Vieira de Barros conviveu com Frei Caneca por 4 anos nos cárceres da Bahia, entre 1817 e 1821. Frei Caneca foi condenado à morte por sua participação na Confederação do Equador, e executado em 1825, mesmo ano do suicídio do Cel. Vieira de Barros.





NEGRAS RAÍZES

"BEM-VINDO À SERRA DE PORTALEGRE"

Conceição Lima e Rosa Maciel

NEGRAS RAÍZES é um projeto que tem como missão mapear, resgatar, fomentar, documentar e difundir a vida sócioeconômico-cultural dos remanescentes de quilombos do estado do Rio Grande do Norte e seu entorno. O projeto tem como suportes iniciais a fotografia em suas várias facetas, tais como postais, slides entre outros e se propõe a fazer uso dos mais diversos suportes artísticos e documentais que abranjam as interdisciplinares e as formas de expressão de uma comunidade e seus hábitos.

Iniciado por Conceição de Lima, produtora cultural e Rosa Maciel, fotógrafa; teve sua primeira etapa realizada entre 2001-2002. Patrocinado pela FUNDAÇÃO PALMARES-MINC, tendo como localidade documentada o povoado afro-brasileiro de Portalegre no interior de nosso estado, com as características peculiares de quilombolas. O resultado da pesquisa e documentação consiste em um roteiro iconográfico das personagens negro-mestiças dos sítios dos Pegas, Engenho Novo e Arrojado, originando a primeira exposição do projeto **NEGRAS RAÍZES** intitulado "**BEM-VINDO À SERRA DE PORTALEGRE**", a qual itinerou por Natal, Pipa, Sibaúma, todas no RN, e Brasília-DF, Portalegre em Portugal, Reus na Espanha e Viena na Áustria.



.....
Seu João Velho e Dona Alzelina



.....
Seu Cícero e Dona Tonhô

*Dona Tonhô na
cozinha da casa de farinha.
Na época da farinhada
ela cozinha para os grupos
que ali se revezam
dia e noite*



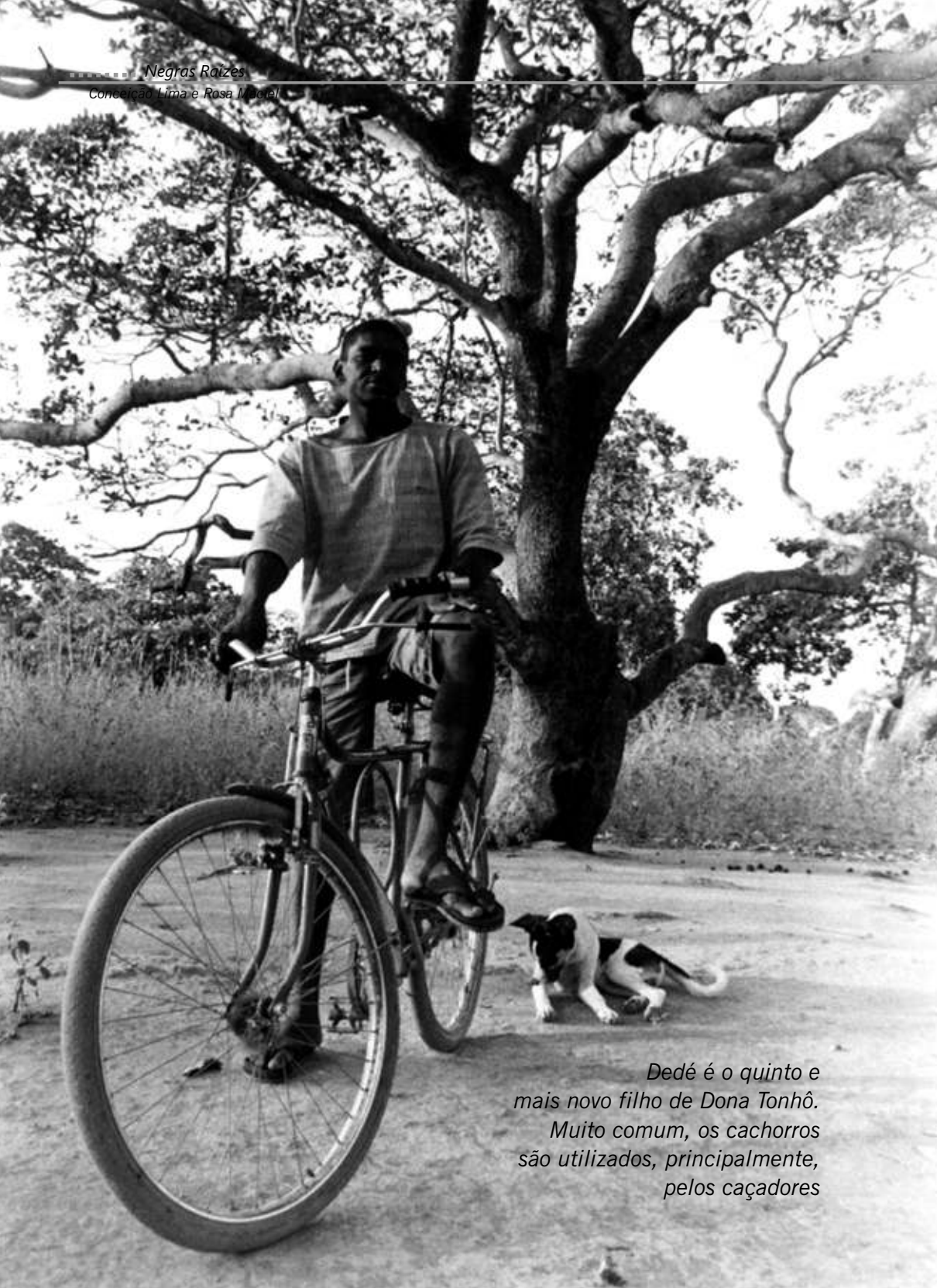
■ ■ ■ ■ ■ *Negras Raízes*

Conceição Lima e Rosa Maciel



*Ao lado de sua neta,
Dona Tonhô conta histórias
de suas vidas.
Ela relembra principalmente
das festas, das amigas
e de sua mãe*





*Dedé é o quinto e
mais novo filho de Dona Tonhô.*

*Muito comum, os cachorros
são utilizados, principalmente,
pelos caçadores*



No Pega existe pelo menos uma escola de ensino fundamental, mas Dona Aldizes ensina religião a aproximadamente 15 crianças em sua casa. Dançadeira e guardião da imagem mais antiga de São Gonçalo, ela também é agente de saúde da comunidade

..... *Negras Raízes*

Conceição Lima e Rosa Maciel



*Menina em
frente ao cruzeiro
da casa de Aldizes*





Antônia,
sua mãe Dona Mariinha,
Bélem (o carneiro) e Louro,
o papagaio de 48 anos.
Aos 94 anos, Dona Mariinha
é uma das mulheres mais
idasas do Pega

.....
*Francisco, um dos filhos de
Dona Mariinha, ao retornar da viagem
de uma semana através da caatinga*



***** *Negras Raízes*

Conceição Lima e Rosa Maciel



*Dona Margarida é uma
das matriarcas do Pega,
tem sete filhos e trinta netos.
Sua família é uma das mais
numerosas da região*





.....
*A mandioca trazida nos caçuás é descarregada pelos homens
para em seguida ser raspada pelas mulheres*

A raspagem da mandioca é uma atividade apenas feminina.

Diariamente, cada mulher raspa 8 caçuás de mandioca, durante uma jornada de até 14 horas de trabalho ininterrupto



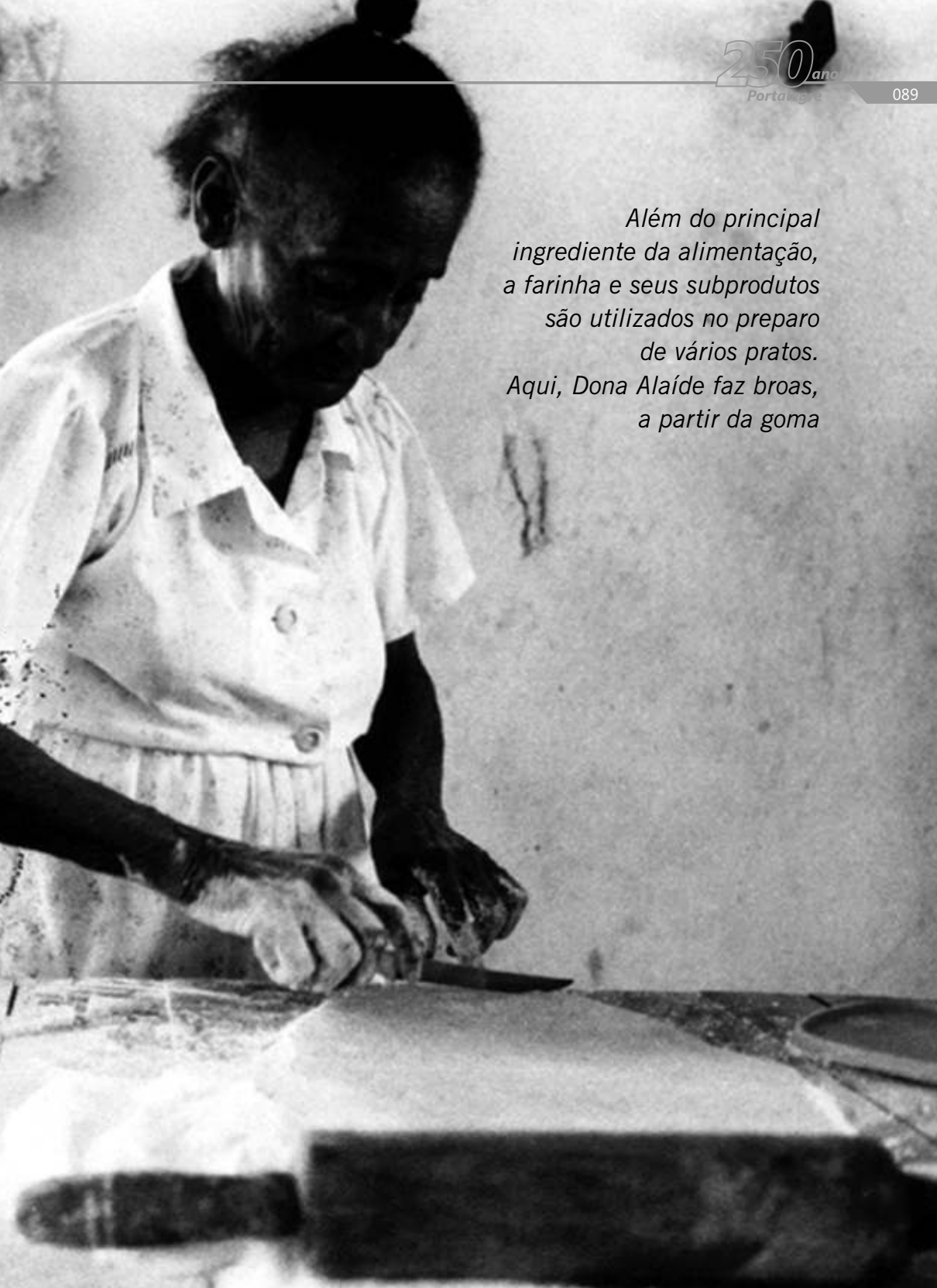
Seu Cícero, marido de Dona Tonhô, torra a farinha nesse forno de tijolos – uma das etapas finais do processo da farinhada



..... *Negras Raízes*

Conceição Lima e Rosa Maciel





*Além do principal
ingrediente da alimentação,
a farinha e seus subprodutos
são utilizados no preparo
de vários pratos.
Aqui, Dona Alaíde faz broas,
a partir da goma*



.....
Viúvos há dois anos e recentemente casados, Dona Alaíde e Seu Calixto mantêm uma relação de companheirismo e solidariedade

*Seu Calixto é uma das
figuras mais emblemáticas do Pega.
Sua conversa é farta e intercalada
por breves risadinhas abafadas*

.....

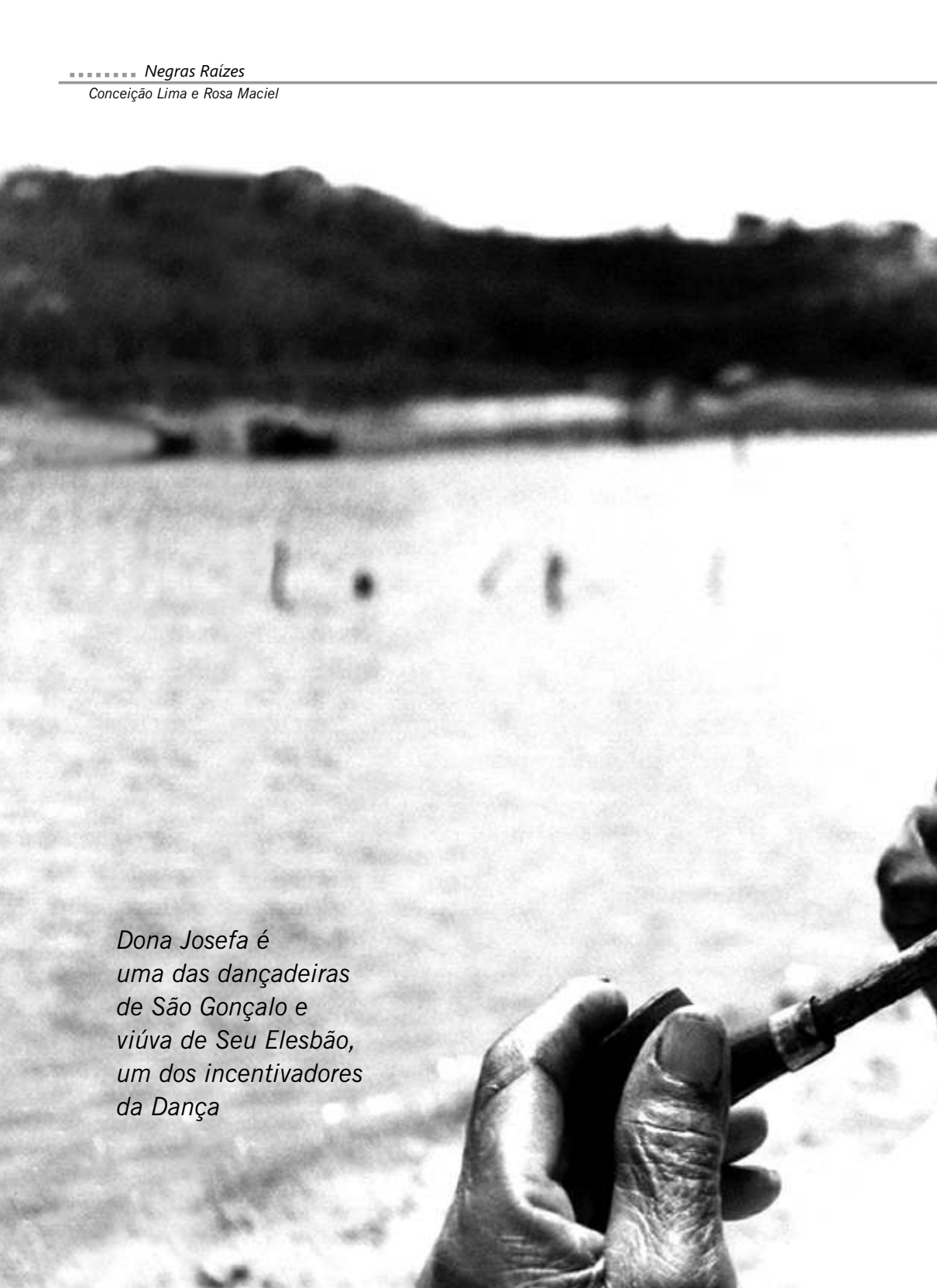




.....
*Como seus antepassados, as crianças mantêm a tradição da Dança de São Gonçalo,
herança da colonização portuguesa*

*Seu João Velho
é agricultor e o mais
antigo mestre da Dança
de São Gonçalo.
Ao som de seu pandeiro
ele guia a coreografia das
doze dançadeiras*





*Dona Josefa é
uma das dançadeiras
de São Gonçalo e
viúva de Seu Elesbão,
um dos incentivadores
da Dança*



*Seu Augusto Calixto,
com Neide, sua esposa e os
filhos Keliana e Dário.
Mais conhecido por Dó,
nome que adotou desde
criança quando começou
a aprender a tocar
sanfona com o pai*

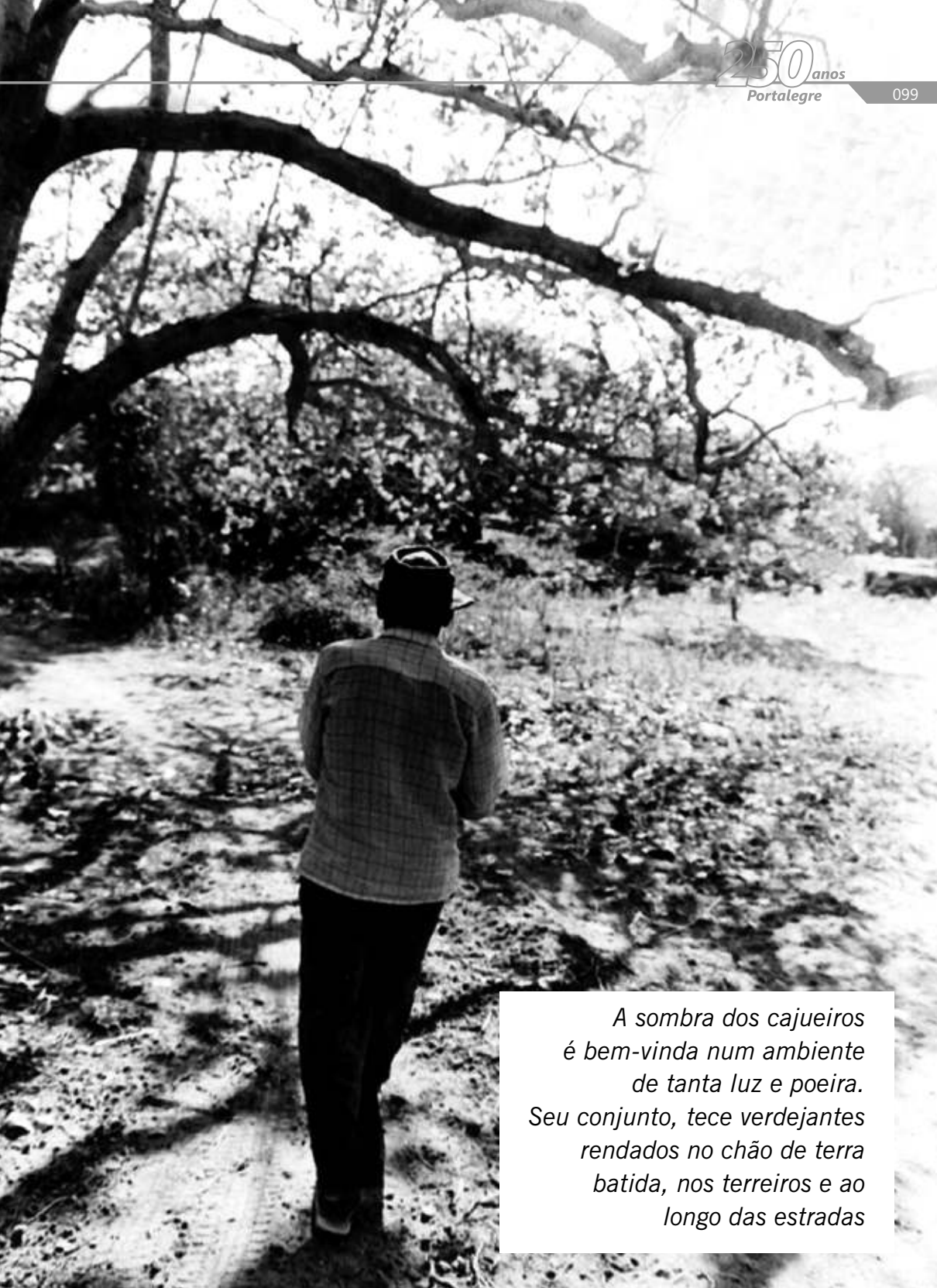


Negras Raízes

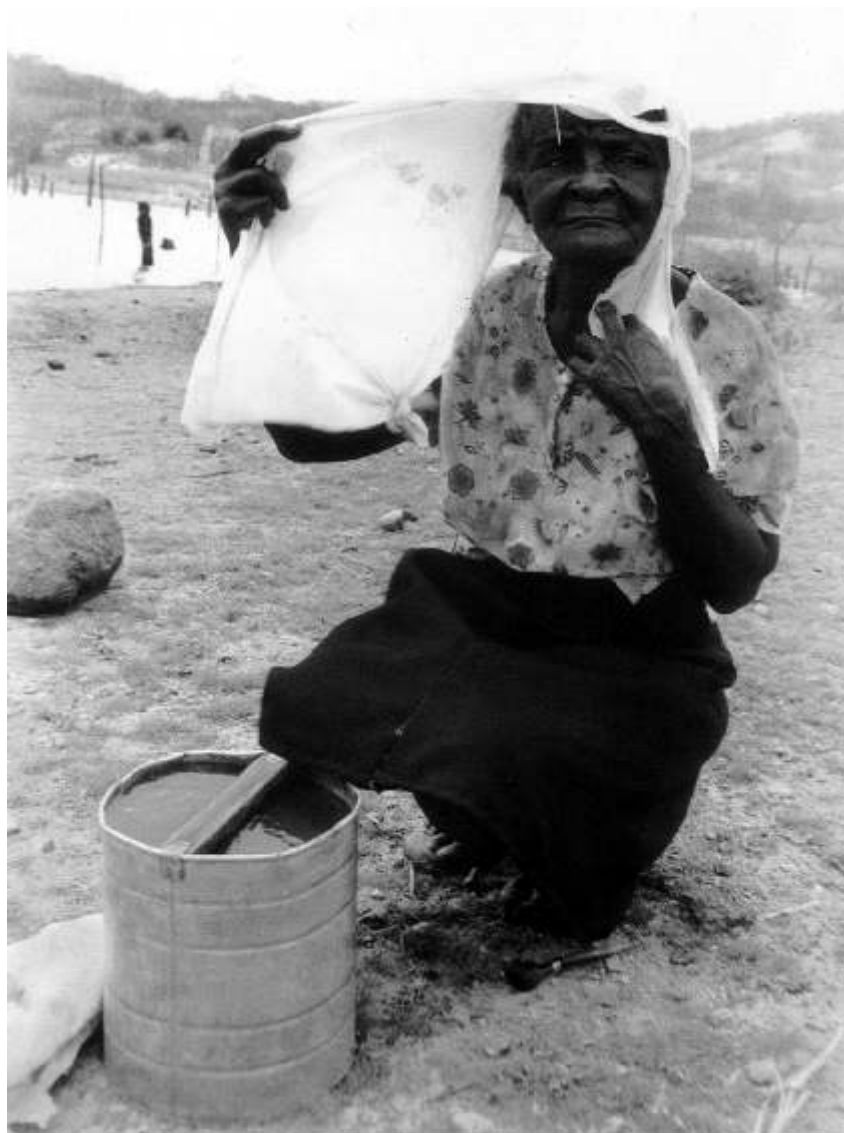
Conceição Lima e Rosa Maciel



*Músico apaixonado,
Dó toca em todas as
festas da região*



*A sombra dos cajueiros
é bem-vinda num ambiente
de tanta luz e poeira.
Seu conjunto, tece verdejantes
rendados no chão de terra
batida, nos terreiros e ao
longo das estradas*



.....

Dona Josefa é integrante da Comunidade Quilombola dos Pega, na serra de Portalegre. Estudos históricos comprovam a existência dessa comunidade a mais de 100 anos, sendo que os primeiros registros encontrados apontam a formação dessa comunidade desde a segunda metade do século XIX. No entanto, essa comunidade só foi reconhecida pelo Ministério da Cultura através do Projeto Palmares em 2007. Podemos observar na imagem a precariedade em que vive os descendentes de escravos nessa comunidade, sem condições básicas de sobrevivência, como água potável

A invenção de uma emancipação que nunca existiu.

**Portalegre e o dia 29
de março de 1938**

Thiago Alves Dias

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incutir certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

Eric Hobsbawn,

Historiador inglês. Londres, 1984.

A cidade de Portalegre durante muito tempo vem organizando comemorações cívicas em alusão a sua “emancipação política”. As secretarias do município ficam encarregadas de preparar uma programação recheada de atrações e festejos que, na maioria das vezes, culmina num desfile cívico pelas ruas da cidade, no dia 29 de março, dia da suposta emancipação política de Portalegre.

A ação do poder público, diante dessas manifestações alusivas ao aniversário da cidade, é um costume que se observa em todo o estado do Rio Grande do Norte. No entanto, a situação do município de Portalegre é bem diferente da grande maioria dos municípios norte-rio-grandenses, sobretudo dos que se encontram na região circunvizinha.

Erguida oficialmente em 8 de dezembro de 1761, a Vila de Portalegre, completa em dezembro de 2011, 250 anos de fundação, sendo a mais antiga vila na região interiorana do Rio Grande do Norte e a terceira vila a ser criada.

O fato é que com a criação da nova vila se criou também a sua municipalidade, que são as terras que pertencem ao seu termo e estão em sua jurisdição. O espaço de jurisdição da Vila de Portalegre na época em que foi criada compreende hoje todo o Alto Oeste que vai desde os municípios de Apodi, Caraúbas e Janduí, até os municípios de Luís Gomes e São Miguel.

Com o passar do tempo as novas povoações e localidades que vão se formando, realizaram sua emancipação política e territorial de Portalegre, ainda no período imperial se emancipam que significa deixar a jurisdição de Portalegre, as localidades de Apodi (1833), Martins (1841) e Pau dos Ferros (1856) se tornando municípios e gerando novas localidades. Como São Miguel que se emancipou de Pau dos Ferros em 1876, e todas as outras cidades atuais da região Alto Oeste do estado do Rio Grande do Norte¹.

Nesse sentido, podemos concluir que o município de Portalegre criado desde sua fundação como Vila em 1761, foi a única unidade administrativa e territorial surgida na região oeste da Ribeira do Apodi que, a partir de sua fragmentação, deu origem a todas as cidades existentes no Alto Oeste.

E então nos perguntamos: por que o poder público municipal e, indiretamente a população portalegrense, comemora uma emancipação política que nunca existiu?

A confusão surge de uma falta de produção e difusão do conhecimento histórico e, principalmente, de uma confusão de interpretação do dia 29 de março de 1938 e os fatos que ocorreram neste dia.

Preocupado em reordenar os espaços do território nacional e as nomenclaturas e predicados de cada localidade, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, através do decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938, resolve que *“a sede do município tem a categoria de cidade”*. Obedecendo ao decreto federal, o Interventor do Rio Grande do Norte, Raphael Fernandes Gurjão, através do decreto nº 457 de 29 de março do mesmo ano, decreta que *“ficam elevadas á categoria de **Cidade** as Vilas de Arez, Luis Gomes, Papary, **Port'Algre**, etc...”*²

Mesmo passados 178 anos da sua fundação, em 1761, até o ano de 1938, Portalegre ainda carregava em sua denominação o predicado de Vila. Com a nova situação, passou a portar o título de cidade, não afetando em nada sua municipalidade. O dia 29 de março de 1938 na verdade foi o dia em que Portalegre deixou de ser Vila e passou a ser cidade e, portanto, toda a documentação produzida depois desse dia trazia agora o nome de “Cidade de Portalegre”.

Claro que isso não foi uma exclusividade de Portalegre, a ascensão ao predicado de cidade corrobora com a institucionalização dessa categoria espacial que foi definida para o Brasil inteiro. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por essa norma. Nesse sentido, o decreto 311 do então Presidente Getúlio Vargas, transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. A única exigência feita é que as futuras cidades tivessem pelo menos 200 casas, e para as futuras vilas (sede dos distritos), um município de 30 moradias.

O sentido de emancipação que outras cidades vizinhas comemoram em nada tem em comum com a nossa situação política, administrativa e territorial. Como podemos comemorar uma emancipação de 71 anos se a cidade de Martins, que já se emancipou de Portalegre, comemorou esse ano seus 168 anos de

emancipação? E de quem nós nos emancipamos se fomos a primeira situação administrativa e territorial criada na região que hoje chamamos de Alto Oeste?

Acreditamos que o fato de somente Portalegre não comemorar emancipação política, enquanto todas as cidades circunvizinhas o fazem, e o desconhecimento da História por parte da população, fez com que as lideranças políticas instaurassem essa tradição como forma de homenagear a cidade e realizar festividade político-municipal, já que “invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”¹.

Podemos sim ter o 29 de março como um dia em que foi reafirmada nossa municipalidade, já que nos elevamos à categoria de cidade. Acreditamos que mais do que comemorar situações políticas tão recentes como o 29 de março de 1938, precisamos rememorar uma história mais antiga e rica de enredos e de relevância à nossa nação, que é o dia de fundação da Vila de Portalegre e seu aniversário de 250 anos de história.

NOTAS

¹ GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Fragmentação e gestão do território do Rio Grande do Norte. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, São Paulo, 1998.

² A REPÚBLICA, Natal, 01 de abril de 1938, Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, p. 01. Ver também CASTAGNINO, Antonio Souto (Org.). Repositório da Legislação Brasileira do Estado Novo. v. 7.

REFERÊNCIAS

CASTAGNINO, Antonio Souto (Org.). Repositório da Legislação Brasileira do Estado Novo. Brasília: [s.m], 1984. v. 7.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Fragmentação e gestão do território do Rio Grande do Norte. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, São Paulo, 1998

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Cidades irmãs: iniciativa portalegrense portuguesa

Maria Bernadete Cavalcante



Os laços de amizade que une Portalegre do Rio Grande do Norte, no nordeste do Brasil a homônima cidade no Norte Alentejo de Portugal, se fizeram a partir de uma iniciativa dos lusitanos para com a cidade brasileira. Na verdade, o encontro histórico de 2004, é mérito da proposta do diretor do Jornal Fonte Nova, Aurélio Bentes Bravo, juntamente com outros portalegrenses. Mas, inegavelmente esse feito foi mesmo possível graças ao arquiteto lusitano João Cardoso, o qual tinha construído um site sobre a sua Portalegre e fora acessado pelo cidadão martinense, Francisco Marcelino Junior, aqui no Brasil, que lhe enviou, no dia 03 de agosto de 1997, o seguinte e-mail:

Bem aqui, ao lado de minha cidade MARTINS, no Nordeste do Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, há uma cidade serrana chamada PORTALEGRE, provavelmente colonizada por seus patrícios. Logo abaixo, podemos encontrar Viçosa e uma grande família com o sobrenome PAIVA. Tudo isso não é bem interessante? Estarei juntando algum material histórico para oferecer a quem interessar. Um abraço Francisco Marcelino Junior¹.

Portalegre

250 anos
Portalegre

107

Portalegre RN -
Março de 2005



Ao texto, o martinense acrescentou o seu endereço pessoal e, a partir deste contato, foi enviado ao senhor João Cardoso o livro “Portalegre: História e Contemporaneidade”, do pesquisador José Jácome Barreto², editado com o apoio da Prefeitura de Portalegre, na administração de Antonio (Antonino) Nunes do Rêgo. Esse livro levou a Portalegre do Brasil, a ocupar quatro páginas do jornal Fonte Nova, na sua edição Nº. 1139, de 21 de fevereiro de 2004.

Após a edição de fevereiro, quando exemplares do jornal foram enviados a Prefeitura de Portalegre, pelo diretor do jornal, Aurélio Bentes Bravo, é que surge um contato direto entre as duas cidades, nascido a partir da idéia de ampliar o programa comemorativo do jornal Fonte Nova, o qual elege a cada ano, um lugar a ser visitado. E, naquele ano Portalegre do Brasil, foi à escolha para a viagem comemorativa aos 20 anos de existência do jornal.

De acordo com matéria publicada no jornal Fonte Nova, em setembro de 2004, foi possível constatar que o passeio programado rumo ao “extremo desconhecido”, se constituía para todos num misto de ansiedade e nervosismo, fato exaltado no texto convite do referido jornal, intitulado “Venha connosco nesta viagem de sonho”:

Já não falta um mês para fazermos esta viagem de sonho. Um sonho que queremos partilhar consigo, por isso o melhor mesmo é despachar-se a fazer a sua inscrição, porque Natal e Pipa, a cidade de Portalegre e muito mais esperam-nos de **3 a 10 de Outubro**. A oportunidade de, na companhia de amigos e conhecidos, ir visitar uma região paradisíaca do grande país-irmão, no Estado do Rio Grande do Norte, e simultaneamente encontrar a cidade e a maravilhosa gente de Portalegre do lá de lá do Atlântico.³

Nos meses que antecederam a visita, constantes contatos passaram a ser mantidos com a Prefeitura de Portalegre e nesse período, manifestou-se o desejo de que a vinda do grupo não se limitasse apenas a uma viagem turística, a comprovação da presença portalegrense portuguesa na Fundação da Vila, fez com laços maiores fossem propostos e se firmasse relações entre os municípios. E dentro desse propósito o diretor do Fonte Nova, em uma carta enviada ao prefeito, Manoel de Freitas Neto, sugeria a criação da Associação de Amizade Portalegrense Brasil/Portugal:

Em devido tempo e para que esta embaixada não fosse apenas uma simples visita de cortesia e lazer à nossa “irmã gémea”, apresentámos à nossa Câmara Municipal a sugestão, de forma fundamentada, para que fosse proposta à Prefeitura a que V. Ex^a preside a assinatura de um protocolo de geminação, génese e pretexto para o desejável estabelecimento e reforço de laços de

amizade institucional, frutuosa para ambas as partes. Essa sugestão recebeu o melhor acolhimento da nossa autarquia, assim o reconhecendo oficialmente nas suas próprias Actas públicas.⁴

Confirmada a vinda de 80 portalegrenses portugueses, o prefeito de Portalegre do Brasil, designou que a Assessoria de Imprensa da Prefeitura, ficasse encarregada da recepção ao grupo que chegaria a Natal, além de fazer a divulgação dos fatos, seu verdadeiro papel. Já inserido nesta recepção estava o secretário adjunto do Turismo do Estado do Rio Grande do Norte, arquiteto Lúcio Dantas, cuja competência e presteza para com Portalegre são indiscutíveis e memoráveis neste acontecimento.

O salão de recepções do aeroporto internacional Augusto Severo, no dia 05 de outubro de 2004, em Parnamirim, foi o “palco” de uma das mais calorosas recepções já oferecidas a um grupo de turistas, desembarcando na nossa capital, surpresos não esperavam tamanha receptividade. Era a administração local e o Governo do Estado com um mesmo denominador comum: demonstrar a hospitalidade e a simpatia potiguar.⁵

A descoberta histórica das duas cidades, sobressaía-se a viagem turística em si, e mesmo com todos os encantos de Natal, Portalegre era mesmo o objetivo principal dos portugueses, um destino já incluso no pacote de viagem e marcado para o dia 07 de outubro de 2004. O fato de recebermos um grupo grande, em função de uma iniciativa portuguesa, não poderia deixar de ser notícia em toda a imprensa potiguar. E, da parte da Prefeitura de Portalegre, esse trabalho foi realizado.

Os representantes da administração, políticos, empresários, educadores e, dentre eles, o professor Antonio Miguel Martinó de Azevedo Coutinho, descendente direto do fundador de Portalegre, o Juiz de Fora de Olinda, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, sacrificaram o primeiro dia de descanso em Natal, cumprindo uma extensa agenda que não estava prevista. Recebidos pelos principais jornais do Estado, os portalegrenses portugueses escreveram um capítulo à parte na história de Portalegre do Brasil, dando ao município notoriedade e visibilidade, através de manchetes em toda imprensa potiguar, espaço nunca antes conquistado, pelo pequeno município do alto oeste.⁶

Cruzar o estado do Rio Grande do Norte, em seis longas horas de viagem e por estradas “sofríveis” como eles mesmos denominaram, era outra parte da “aventura” que se constituía em um misto de curiosidade e ansiedade, face ao desconhecido, que se apresentava para cada um deles. Assessoria de Imprensa da Prefeitura esteve com o grupo desde a chegada e os acompanhou na viagem. Cada nova cidade vencida, pelo longo trajeto, a mesma pergunta se formava. Já estamos

chegando? E a certeza de estarem perto, só lhes foi dada, quando da chegada em Umarizal, onde foi ressaltada por se tratar do antigo Gavião, outra cidade homônima do distrito de Portalegre, cujo prefeito do Gavião, Jorge Martins, também integrava o grupo.

Subir a serra em marcha lenta e olhar o seu entorno, mesmo sem a beleza peculiar que lhe decora a natureza nos meses chuvosos, parecia encantador para os visitantes, no entanto foi a receptividade preparada pela Prefeitura, o que mais surpreendeu e encantou todo o grupo. Cuidadosamente feita com a simplicidade e o realismo local, o município saudou o grupo em praça pública, com a sua pequena, porém grandiosa, banda de música, acompanhada pelo “estouro” dos foguetões, numa típica e aludida “festa do interior”.⁷

O prefeito Manoel de Freitas Neto, juntamente com a população, esperava em praça pública os visitantes, O sol do meio-dia abrilhantou o encontro e o calor que fazia, em nada afugentou boa parte da população que já interagira, como se velhos conhecidos fossem, com os recém-chegados. Num breve discurso de boas vindas, o prefeito cumprimentou a comitiva e manifestou a alegria de receber tão ilustres visitantes;

Em nome dos portalegrenses do Brasil aqui presentes, como também daqueles que por motivos justificados não estão participando desta festa, desejo-lhes boas vindas. Eu costumo dizer que a nossa Portalegre tem muitas coisas boas, mas a melhor delas é a hospitalidade do seu povo que, dentro da simplicidade, das dificuldades e da vida modesta que tem, conservam o que há de mais precioso no ser humano: um grande coração. E é com o coração aberto que temos a honra de recebê-los.⁸

O momento de festa e de visita aos poucos locais turísticos disponíveis, que aconteceu durante à tarde do dia 07, seria substituído por uma noite de ação mais política dentro daquela visita. A solenidade no auditório do Hotel Portal da Serra, cuja Câmara de Portalegre de Portugal, estava representada pelo vereador da Cultura, professor Luis Pargana, marcava o início de um Projeto sócio cultural entre o município brasileiro e o distrito português, conforme anunciara o jornalista Bentes, em sua carta de 17 de setembro de 2004.

Nascia ali o protocolo de intenção de criação da Associação de Amizade Portalegrense Brasil/Portugal, documento assinado por representantes das duas cidades, cuja geminação seria oficializada, oito meses depois, na cidade portuguesa. Uma viagem que surgiu, a partir do convite, que mais parecia uma “intimação a ser cumprida”, do vereador Pargana, em seu discurso na solenidade de protocolo. Para ele, a ida de portalegrenses brasileiros até lá não seria por

delicadeza, mas um compromisso de honra. E esse intercâmbio que surgia, teve, no segundo discurso do prefeito Manoel de Freitas Neto, o desejo da continuidade e do total entrosamento.

Nunca é demais ressaltar a imensa alegria que estamos sentindo com esta visita, E, neste instante, em que as duas “Portalegre” firmam este intercâmbio, através da criação da Associação de Amizade Portalegrense Brasil/Portugal, temos certeza que este documento se constitui, antes de qualquer outra coisa, no registro de nascimento de duas irmãs de diferentes idades, de diferentes dimensões sociais, políticas e econômicas, distante geograficamente, mas com um denominador comum; o desejo de união.

Portanto, os laços que ora nos une, com certeza permanecerão e se firmarão ainda mais, para que as duas Portalegre possam, a cada novo contato, continuar encontrando semelhanças e diferenças, mas, sobretudo renovando a amizade e a fraternidade que nasce hoje. Tenho certeza que esta é apenas a primeira de tantas outras visitas que ainda receberemos dos nossos irmãos de Portugal.⁹

A partir de então, a ligação do Rio Grande do Norte com o Norte Alentejo, só se estreitou. Imediatamente após o encontro de outubro, o secretário adjunto do Turismo no Estado, Lúcio Dantas, desembarcou em Portalegre de Portugal, acompanhado de alguns representantes do “trade” turístico potiguar. Mas, as boas impressões levadas pelos portugueses, com relação ao encontro de outubro, e o incentivo pessoal do vereador Luis Pargana, trouxe ao Rio Grande do Norte, em particular a Portalegre, o presidente da Câmara (cargo semelhante ao de prefeito no Brasil, porém com mais atributos e poderes) José Fernando da Mata Cáceres, visita anunciada oficialmente em 16 de março de 2005.¹⁰

Ainda em Portugal, o empresário e político encaminharam a imprensa potiguar, através da Assessoria de imprensa da Prefeitura de Portalegre do Brasil, um documento intitulado “Portalegre; porta aberta à Europa”, justificando as razões da sua visita o país, particularmente aos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, citando como principal objetivo a realização de uma feira de negócios, agendada para maio de 2005, em Portalegre. Mata Cáceres anunciou no documento o convite “aos brasileiros que trabalham nos mais variados sectores de actividades a virem conhecer Portugal, a minha Região, e a virem fazer negócios. Portugal e, em particular Portalegre são uma porta de entrada na Europa”.¹¹

Através de outras informações oferecidas pelo jornalista Manoel Isaac Correia, a Assessoria no Brasil, encarregou-se de elaborar uma agenda oficial dentro do propósito da visita, no entanto em função do período da páscoa, algumas

audiências com órgãos importantes do Estado, como a Secretária da Indústria e Comércio não foi possível. Mas, a diretoria da Agencia de Fomento do Estado – AGN e o secretário do turismo, deputado Nelson Freire, receberam o presidente Mata Cáceres.

A primeira audiência, com a AGN, tratou de pontos relacionados à importação e exportação, e na Secretaria do Turismo, além do grande numero de turistas portugueses que visitam o Estado, o “prefeito” português falou da necessidade de melhoria de infra-estrutura de acessibilidade até a Portalegre brasileira, favorecendo assim o crescimento do turismo na cidade-irmã.

Na agenda ainda estava inserida uma visita a Assembleia Legislativa para conhecer o parlamento estadual, a convite do deputado Elias Fernandes, onde foi recebido pelo presidente, Robson Faria. A estada no Rio Grande do Norte, também contou com a hospitalidade de empresários do turismo potiguar, o mesmo grupo liderado por Lúcio Dantas, que havia estado na Portalegre portuguesa.

O Governo do Estado, através da Casa Civil, recebeu o Presidente de Portalegre com honras, e a viagem de Natal a Portalegre, foi realizada em um avião oferecido pelo Governo do Rio Grande do Norte. Na cidade irmã o Presidente permaneceu cerca de cinco horas, onde se encontrou com o prefeito Euclides Pereira, vice-prefeito Luis Carlos Tertulino, e o ex-prefeito Manoel de Freitas Neto, com quem encontrou afinidade profissional, já que ambos são agrônomos. E a existência de uma pequena fábrica de produção de suco de caju, foi um dos pontos que mais prendeu a atenção do “prefeito” português. As outras atividades econômicas do município também interessaram ao visitante, que veio acompanhado do vereador Luis Pargana.

A vinda do Presidente, acontecia simultaneamente à chegada de um novo grupo de 60 portalegrenses portugueses, que estimulados pelo que ouviram do primeiro grupo, escolheram o Rio Grande do Norte, como destino para o feriado de páscoa, no entanto, não foram até Portalegre. Essas foram às últimas visitas ao nosso Estado, que antecederam o segundo encontro entre as duas cidades, ocorrido em 25 de maio de 2005, quando 27 norte-rio-grandense, embarcaram para Portalegre de Portugal e testemunharam a oficialização da geminação entre as cidades homônimas.¹²

Em setembro de 2005, aconteceu a última visita de portalegrenses portugueses a Portalegre do Brasil, trazidos mais uma vez pelo incentivo de dois integrantes da primeira visita; Aurélio Bentes Bravo e o professor Martinó Azevedo Coutinho. Naquela ocasião, Portalegre recebeu, simbolicamente, recursos financeiros doados pela Câmara Municipal, destinados à implantação de uma

escola de informática, para crianças, jovens e adultos, da zona rural. Recursos entregues, posteriormente, ao Padre Dário Tórboli quando da sua visita a Portalegre portuguesa, em outubro de 2005. A Associação das Pequenas Comunidades Rurais de Portalegre – APCRP, seria a entidade responsável pela execução do projeto.

Nesta segunda visita, foi mostrado parte da festa popular, através da apresentação da dança junina, pelo grupo de quadrilha local, Arraiá da Juventude. Alunos da Escola Municipal Filomena Sampaio de Souza, encenaram a “lenda indígena” de “Cantofa e Jandi”, inserida na história de Portalegre, referente à luta indígena pela posse da terra. Uma visita a uma “casa de farinha”, para conhecer o beneficiamento da mandioca e a sua produção derivada, complementou um pouco do conhecimento sobre a cultura alimentar do município.

Desde então, os contatos continuam mantidos, porém de forma mais individualizada e segundo anunciou Aurélio Bentes Bravo, em julho de 2007, é provável que as duas cidades voltem a se encontrar, coletivamente, em 2011, quando a Portalegre brasileira, completa 250 anos de fundação. É possível que até lá, tenham sido dados passos concretos para por em prática o que preconiza o propósito contido no documento de gemação entre as duas cidades.



É necessário ainda que sejam eleitas prioridades de desenvolvimento socioeducativo e cultural, envolvendo a comunidade em todos os processos de discussão, tornando a história da cidade conhecida de todos, mas jamais transformá-la em ponto primordial da relação que ora une as duas cidades. A responsabilidade administrativa desse processo está posto na opinião defendida pela professora da UERN, Maria Ivonete Coelho e a assistente social Edilene Jales, que escrevem sobre o assunto no texto Cidades irmãs – desafios para o poder local.

Como cidades irmãs, Portalegre do Brasil e Portalegre de Portugal, têm como desafio, além de manter os vínculos históricos, estabelecer políticas públicas que estimulem e materializem aproximações no campo cultural, socioafetivos e econômicos. Neste sentido, emerge o papel do Poder Local (forças sociais) e do Poder Político Local (governo), na perspectiva de desencadear ações integrativas que dêem sentido a relação de irmandade e contribuam para a efetivação do desenvolvimento econômico, social, humano e cultural local, das cidades irmãs.¹³

NOTAS

¹ FONTE NOVA. Portalegre, n. 1.139, Natal, 21 fev. 2004.

² BARRETO, José Jácome. *Portalegre: origem e contemporaneidade*. Natal: Coojornat, 1996.

³ FONTE NOVA. Portalegre, set. 2004.

⁴ BRAVO, Aurélio Bentes. Carta para o prefeito Manoel de Freitas Neto, Portalegre, POR, 17 set. 2004.

⁵ TRIBUNA DO NORTE, Portugal redescobre o Brasil pelo RN: RECEPÇÃO - Grupo de portugueses recebeu as boas-vindas dos potiguares ainda no aeroporto de Natal. Edição de 06 de outubro de 2004.

⁶ TRIBUNA DO NORTE, Natal, 6 out. 2004.

⁷ TRIBUNA DO NORTE, Natal, 7 out. 2004; JORNAL DE FATO. Natal, 7 out. 2004; GAZETA DO OESTE. Mossoró, 7 out. 2004.

⁸ FREITAS NETO, Manoel. Discurso de boas-vindas. Portalegre, BRA, 7 out. 2004.

⁹ Discurso proferido pelo prefeito Manoel de Freitas Neto durante na solenidade da Proposta de Geminção em 07 de outubro de 2004. Acervo pessoal.

¹⁰ FONTE NOVA. Portalegre, n. 1.244, 16 mar. 2005.

¹¹ MATA CÁCERES, José Fernando. Carta à imprensa potiguar. Portalegre, POR, 16 mar. 2005.

¹² FONTE NOVA. Portalegre, n. 1.264, 25 maio 2005.

¹³ *Ibid.* jan. 2008.

Associativismo rural: o desafio alternativo de desenvolvimento local em Portalegre-RN¹

Edilene Fernandes Jales



Figura 1 Coleta do caju Sítio Pega Portalegre

FONTE: Acervo da autora

A construção do conceito de desenvolvimento ao longo dos anos vem incorporando diversos significados. Dentre os vários conceitos postos, ganha visibilidade, o de desenvolvimento local e o de desenvolvimento como expansão das liberdades, das capacidades humanas.

Acoplado a esses conceitos se tem uma gama de planos, programas, projetos e conselhos de desenvolvimento. Observamos ainda, um significativo número de políticas públicas resultando em programas governamentais, que pretendem descentralizadas e que valorizam as iniciativas e os espaços locais (no caso, o município), pois é no município que se dar o exercício da cidadania.

Nessa lógica, muitas iniciativas populares têm emergido em âmbito municipal, buscando alternativas criativas para superar as dificuldades. Desse modo, as organizações associativas representam uma importante opção estratégica para o desenvolvimento dos pequenos municípios. É que nesses municípios, onde a economia geralmente encontra-se fragilizada, o trabalho coletivo e o uso de práticas solidárias podem facilitar o processo produtivo, além de propiciar melhores relacionamentos com o mercado, instituições públicas e com a sociedade em geral.

Assim, a organização associativa se constitui numa das formas de garantir acesso a programas e projetos de âmbito governamental e não governamental, que fora dela não acessariam. Isto porque grande parte das populações locais é excluída de quaisquer benefícios, o que as conduzem a negação de cidadania nesses espaços. Dessa forma, as associações representam uma importante estratégia de desenvolvimento local ao possibilitar formas alternativas de intervenção na realidade.



Figura 2 Recebimento da matéria prima - APRUP

FONTE: Acervo da autora



Figura 3 Beneficiamento do suco do caju

FONTE: Acervo da autora



Figura 4 Trituração do caju – APRUP

FONTE: Acervo da autora

Desenvolvimento e pequenos municípios: para onde sopram os ventos?

Como promover o desenvolvimento nos municípios rurais frente a uma realidade com poucas opções de trabalho pela inexistência de indústrias ou outras formas de ocupação municipal (além do quadro de funcionários públicos municipais ou estaduais)? Só resta como alternativa de trabalho a agricultura de subsistência², reforçada por alguns programas governamentais de transferência de renda, como é o caso da aposentadoria rural, do Programa Bolsa Família – PBF e do Benefício da Prestação Continuada – BPC, dentre outros.

A organização dos pequenos produtores rurais em associações parece ser a direção para onde sopram os ventos, como possível saída para a crise social expressa na falta de oportunidades de trabalho e na fragilidade econômica própria dos pequenos municípios que têm sua economia local fundada em bens de consumo primários, com baixa escala de produção (SILVA, 2002).

Assim sendo, a união desses produtores em organizações associativas representa uma importante opção estratégica para juntos, enfrentarem as dificuldades que lhes são impostas, tais quais: *dificuldade de acesso ao crédito, os reduzidos rendimentos proveniente da atividade agrícola, baixo nível tecnológico, pouca inserção no mercado*, dentre outros.

Nessa perspectiva, inúmeros municípios, regiões, comunidades, cidades – as diferentes subdivisões que compõem os territórios locais – se deram conta desta dimensão do desenvolvimento. Construíram espaços de mobilização democrática e produtiva, onde os atores sociais – *administrações públicas, empresas, sindicatos, organizações da sociedade civil* – se unem para mobilizar o potencial local.

Deste modo, dinamizam um conjunto de atividades, partindo de novos pactos e arranjos sociais e da mobilização dos recursos disponíveis. Os aportes externos continuam sendo importantes, mas devem existir como complemento a uma dinâmica que pertence à própria sociedade local. *É neste local que as associações se colocam como agentes de mudança.*

Dentre os exemplos exitosos de associações rurais que têm contribuído com os processos de desenvolvimento local nos pequenos municípios, estão as associações de Portalegre, município encravado na região do semiárido do estado do Rio Grande do Norte, cuja população é de 6.855 habitantes, distribuídos numa área de 128 km², de acordo com o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – IBGE, Censo 2007. Localizado a 380 km de distância de Natal, com acesso através da BR-405 (Pau dos Ferros – Mossoró) e da BR-304 (Mossoró – Natal).

A topografia média do município é de 650 metros, apresentando uma acentuada mudança de clima e de vegetação. O regime pluviométrico varia de 800 a 1000 mm de precipitação média anual, nos anos de inverno regular. Sua principal base econômica está fundamentada no cultivo de lavouras (permanentes e temporárias), sendo o setor primário baseado na pequena produção agrícola de subsistência, com base no plantio de mandioca, feijão e milho, além da *cajucultura, ponto forte da economia local* (Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Portalegre-RN – SEMATUR).

Em Portalegre, o movimento por ações coletivas surgiu por uma necessidade de organizar os pequenos produtores rurais em associação, para, a partir dela, ter acesso a políticas públicas de combate à pobreza rural.

As primeiras práticas coletivas aparecem com a organização dos agricultores por meio da associação sindical, via Sindicato dos Trabalhadores Rurais. É que para os agricultores receberem os recursos oriundos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, durante o processo de implantação do *projeto São Vicente*³ em 1986, *era necessário cumprir essa exigência*⁴.

Segundo Pe. Dário Torbole – pároco da cidade, a primeira associação local, denominada de *Associação das Pequenas Comunidades Rurais de Portalegre – APCRP* foi instituída em 05 de julho de 1989 e tinha como missão, *manter os agricultores organizados, já que um conflito político partidário estava iniciando um processo de desmobilização da categoria a nível local.*

Em Portalegre, o projeto São Vicente foi implantado pela dedicação do Padre Dário, uma vez que a Igreja, através do movimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs era parceira da SUDENE a nível local. Pe. Dário relata que, impulsionado pelas experiências bem sucedidas da vida comunitária na Itália (seu país de origem) e sensibilizado pelo o trabalho que *Dom Elder Câmara* estava realizando em todo o Nordeste, abraçou a causa e encampou a luta pelos pequenos agricultores do município.

Da sua implantação até o início dos anos de 1990, as associações locais enfrentaram inúmeras crises decorrentes de interferências políticas. A crise se deu de modo tão acirrado entre o representante do poder político local na organização sindical e os seus sócios, que chegou ao ponto de fechar o *Sindicato dos Trabalhadores Rurais* local. Isso porque seus representantes não suportaram as pressões político-sociais da comunidade local.

Na verdade, de acordo com a entrevista concedida pelo padre Dário, em agosto de 2008, havia uma grande guerra político-partidária. O município passou 24 anos (de 1972 a 1996) governado por uma única família que alternava o poder político local, lá conhecido na épocas como “araras”, hoje, “bicudos”, filiados ao atual Partido Democrata.

Na lógica imperialista da época do clientelismo, *quem não fosse “bicudo” era excluído de qualquer benefício.* Logo, o outro grupo político filiado ao PMDB, conhecido como “bacurau” representava as pessoas mais pobres da cidade e faziam oposição ao poder político da época, segundo o entrevistado

Em razão disto, foram justamente estes, os contemplados com o Projeto São Vicente, pois, segundo o Padre, eram os que atendiam aos critérios do projeto. Com isto, um cenário de conflito foi montado entre os representantes da igreja católica local, seus aliados (EMATER, BNB e STR) e a base política dominante da época.

Ainda, segundo Pe Dário Torbole, em razão dos inúmeros conflitos envolvendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o poder político local e as associações, ocorreu um declínio na prática associativista do município, nos primeiros anos da década de 1990.

Porém, enfatiza que a experiência adquirida no desabrochar do associativismo local em 1989, com a prática da ação coletiva e diante da crise sócioeconômico por que passavam os agricultores familiares, por não ter como escoar sua produção, levaram, no ano de 1993, a reorganização da APCRP e a criação de outras associações, para que de modo organizado os produtores rurais pudessem comercializar seus produtos.

O fato decisivo para a criação de uma nova associação de produtores rurais, na época, era a existência de recursos governamentais que possibilitavam a implantação de uma indústria de beneficiamento de caju. Como o propósito da APCRP fugia da amplitude do projeto proposto, sua diretoria optou em ajudar a montar uma outra associação que atendesse as novas demandas dos produtores locais (Entrevista concedida por *Hermes Dias* em novembro de 2008).

Porém, os recursos para apoiar essa nova associação só surgiram em 1995, quando a APRUP elaborou uma proposta para o Governo investir no município através do programa de combate a pobreza rural (PAP) hoje chamado de Desenvolvimento Solidário.

Deslança, a partir de então, a Associação dos Produtores Rurais de Portalegre – APRUP e acompanhada da sua implantação, parece renascer uma nova dinâmica sócioeconômico no município. O Caju, antes desperdiçado, por meio da associação passou a ser a principal fonte de ocupação e renda local.

A APRUP se encarregaria de fazer o beneficiamento do suco do caju e de abastecer o mercado brasileiro com seu produto, como relata o agrônomo da EMATER local, *Manoel de Freitas Neto*, idealizador e sócio fundador dessa associação. Após a implantação da APRUP a dinâmica sócioeconômico dos seus associados e da própria comunidade passou por positivas e significativas mudanças.

Homens, mulheres e jovens passaram a ocupar seus dias de outubro a dezembro (período sazonal do caju), na colheita e transporte do caju até a unidade beneficiadora. Carros de mão, carroças, bicicletas, motos, caminhonetes, caminhões se transformaram em meios de transportes da fruta, acondicionada em caixas plásticas, cedidas pela própria associação. Uma, duas, dez, cem caixas... não importa quanto cada um traz, o importante é transformar o fruto, em suco, e esse suco em dinheiro e esse dinheiro em melhores condições de vida dos seus associados e da população local (CAVALCANTE, 2007).



Figura 5 APRUP – Higienização do caju

FONTE: Acervo da autora

Entretanto, para que o associativismo seja viabilizado é preciso que se leve em consideração a complexidade dos aspectos que norteiam a formação e a consolidação de organizações associativas de sucesso. Dentre esses, se destacam as características particulares dos associados e os seus interesses, a participação dos membros nas atividades da associação e a forma e intensidade de intervenção.

Desse modo, a viabilidade das associações está centrada no atrelamento de um complexo conjunto de fatores internos (participação, cooperação, politização, entre outros) e externos (estruturas governamentais, negociações políticas, mercado etc.) que se inter-relacionam. O apoio dos governos, nas mais diferentes instâncias de poder, é fundamental para a sobrevivência dessas associações (PUTNAM, 1996).

Em Portalegre, as parcerias entre essas organizações e os governos por meio de suas políticas de combate a pobreza rural, dão bons exemplos de como programas e ações governamentais podem atuar em conjunto com uma sociedade civil organizada. Dentre os parceiros, constata-se que o *governo municipal* tem sido um dos impulsionadores desse processo alternativo de desenvolvimento local, ao apoiar as iniciativas das associações rurais.

Considerações finais

Dentre as propostas de desenvolvimento como expansão das capacidades humanas, o *espaço local* é considerado o lugar ideal para desenvolver estratégias criativas e democráticas de desenvolvimento, com a presença de novos atores políticos e sociais, que através dos recursos disponíveis na localidade viabilizam os interesses sociais. Assim sendo, decididamente, as associações devem ser consideradas como uma alternativa para a mediação de processos criativos de desenvolvimento local, como nos ensina Portalegre-RN.

Contudo, não basta criar espaços associativos. A vida de uma associação depende do modo como seus membros se comportam em suas práticas cotidianas. Associar-se significa estar junto para criar uma nova realidade e não simplesmente para buscar benefícios de projetos governamentais, relegando para o segundo plano a sustentabilidade social, entendida como participação, educação política, envolvimento com a vida comunitária, solidariedade, entre outros aspectos.

Superar essa etapa na construção das associações é um dos grandes desafios para consolidar esses espaços coletivos propositivos de mudança social e sustentabilidade socioeconômico. Os estudos indicam que promover a educação para a vida associativa é um dos maiores desafios para o (in) sucesso das alternativas de desenvolvimento local, somado a construção de novos arranjos institucionais.

As associações rurais de Portalegre apontam aos que buscam uma alternativa de desenvolvimento local para os pequenos municípios, um dos caminhos a seguir; conquanto, o caminho só se conhece ao caminhar. O certo é que a solidariedade humana aparece como promessa para amenizar a crise socioeconômico nas pequenas localidades; se ela será capaz de tamanha façanha – já que vivemos em tempos de competição e individualismo econômico, a história contará num futuro próximo.

NOTAS

¹ Esse texto é parte de um o trabalho dissertativo de conclusão do curso de mestrado. Foi elaborado tomando como fundamento a literatura mais significativa da temática em foco e os dados colhidos na visita de campo *in lócus* (associações de Portalegre-RN).

² São sistemas agrícolas largamente aplicados em regiões onde a agricultura é descapitalizada. A produção é obtida em pequenos estabelecimentos com utilização de mão de obra familiar e técnicas tradicionais e rudimentares onde a maior parte produção destina-se a subsistência da família.

³ A atribuição do nome *Projeto São Vicente* se deu em razão da existência, na Itália, da *Associação dos Vicentinos*, implantado pelo *Pe Vicentino*, que organizou em diversas cidades da Europa associações rurais para ajudar os agricultores pobres e suas famílias durante toda sua trajetória, na Igreja naquela região.

⁴ Registro dos acervos e arquivos mortos da Igreja Católica Matriz de Portalegre e documentos da APCRP em que essa pesquisadora teve acesso.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. *Associativismo rural e participação*. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.

BASTOS, F. *O mito do desenvolvimento e a natureza simbólica do progresso: textos de discussão*. Natal: EDUFERN, 2003.

BOSCHI, R. R. *A arte da Associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987

BOURDIN, A. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAVALCANTE, M. B. Texto avulso. Natal, 2007.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DOWBOR, L. *O que é Poder Local*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

ESTATUTO das pequenas comunidades rurais de Portalegre. Portalegre, 1989.

SILVA, A. G. da. Meio rural: o espaço da exclusão social. In: VALENÇA, M. M. *et al. Globalização e desigualdade*. Natal: EDUFERN, 2002.

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SACHS, I. *Inclusão Social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEM, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VEIGA, J. E. da *et all. O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE -IICA, 2001.





Portalegre do Brasil

História e
Desenvolvimento

*250 anos de fundação
de Portalegre*